

Título original:
Lições de Sociologia Clássica

© os autores dos textos e Edições 70, 2019

Revisão: Cátia Loureiro

Capa: FBA

Depósito Legal n.º 456967/19

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

LIÇÕES DE SOCIOLOGIA CLÁSSICA

Lições de sociologia clássica / org. José Luís Garcia,
Hermínio Martins. – (Biblioteca 70; 33)
ISBN 978-972-44-1950-3

I – GARCIA, José Luís
II – MARTINS, Hermínio, 1934-2015

CDU 316

Paginação:

MA

Impressão e acabamento:
ACD Print, S.A.

para
EDIÇÕES 70

1.ª edição: junho de 2019

Todos os direitos reservados

EDIÇÕES 70, uma chancela de Edições Almedina, S.A.
Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, 11 – 3.º C – 1900-221 Lisboa / Portugal
e-mail: geral@edicoes70.pt

www.edicoes70.pt

Esta obra está protegida pela lei. Não pode ser reproduzida,
no todo ou em parte, qualquer que seja o modo utilizado,
incluindo fotocópia e xerocópia, sem prévia autorização do Editor.
Qualquer transgressão à lei dos Direitos de Autor será passível
de procedimento judicial.

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
316 GARCIA 51463
BIBLIOTECA

José Luís Garcia Hermínio Martins (orgs.) Lições de Sociologia Clássica

70

Índice

INTRODUÇÃO	
José Luís Garcia	7
LIÇÃO 1	
EM LOUVOR DA TEORIA	
José Luís Garcia	15
LIÇÃO 2	
AUGUSTE COMTE: FILOSOFIA POSITIVA, SOCIOLOGIA E TEORIA SOCIAL	
Frederico Ágoas	41
LIÇÃO 3	
HARRIET MARTINEAU: SOCIÓLOGA RADICAL E FEMINISTA AVANT LA LETTRE	
Maria João Silveirinha / Virgínia Ferreira	65
LIÇÃO 4	
ALEXIS DE TOCQUEVILLE: SOCIEDADE E DEMOCRACIA	
Mónica Brito Vieira	109
LIÇÃO 5	
KARL MARX: MATERIALISMO, LUTA DE CLASSES E FETICHISMO DA MERCADORIA	
Pedro Xavier Mendonça	145

LIÇÃO 6

JANE HUME CLAPPERTON: REFORMA SOCIAL,
SEXUALIDADE, EMANCIPAÇÃO

Teresa Duarte Martinho 169

LIÇÃO 7

GABRIEL TARDE: IMITAÇÃO E INVENÇÃO

Rafael Marques 225

LIÇÃO 8

VILFREDO PARETO: AÇÃO, HETEROGENEIDADE
SOCIAL E SENTIMENTOS

Jean-Martin Rabot 273

LIÇÃO 9

GEORG SIMMEL: DINHEIRO E MODERNIDADE

Francisco Felizol Marques 313

LIÇÃO 10

ÉMILE DURKHEIM: INDIVÍDUO E INTEGRAÇÃO SOCIAL

Nélia Dias / João Leal 347

LIÇÃO 11

ESCOLA DE CHICAGO DO PENSAMENTO SOCIAL:
COMUNICAÇÃO E COMUNIDADE

Filipa Subtil / José Luís Garcia 373

LIÇÃO 12

G. H. MEAD: CIÊNCIA EXPERIMENTAL,
CONSCIÊNCIA SOCIAL E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Filipe Carreira da Silva 423

LIÇÃO 13

WERNER SOMBART: CAPITALISMO E ESPÍRITO DE EMPRESA

João Carlos Graça 455

LIÇÃO 14

MAX WEBER: RACIONALIDADE E MODERNIDADE

Rafael Gomes Filipe 491

LIÇÃO 15

CÉLESTIN BOUGLÉ E A «ESCOLA» DURKHEIMIANA:
SOCIOLOGIA, DEMOCRACIA, SOCIALISMO

Hermínio Martins 515

LIÇÃO 16

MARCEL MAUSS: PRECE E RITUAL

João de Pina-Cabral 565

LIÇÃO 17

ROBERT MICHELS: OLIGARQUIA E SOBERANIA POPULAR

Conceição Pequito 585

LIÇÃO SUPLEMENTAR

METÁFORAS QUÍMICAS NO DISCURSO SOCIOLÓGICO:
DE ROUSSEAU A DURKHEIM

Teresa Sousa Fernandes 639

LIÇÃO 6

Jane Hume Clapperton: reforma social, sexualidade, emancipação

TERESA DUARTE MARTINHO

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Introdução

Jane Hume Clapperton (Edimburgo, 1832–1914) deixou contributos significativos para a teoria social e foi uma das primeiras autoras com preocupações sociológicas. Nos seus escritos, decompõe a Inglaterra vitoriana em diversos quadros, em que identifica os problemas gerados pela Revolução Industrial, elaborando uma reflexão inspirada pela teoria da evolução e pelo positivismo de Auguste Comte (1798–1857). Os tópicos fundamentais da sua reflexão relacionam-se com o controlo da natalidade, eugenia, sistema económico, distribuição da riqueza, relações entre homens e mulheres, sexualidade, casamento, divórcio, educação, organização do espaço doméstico, direitos individuais e comunitários, sistema político. Legou uma valiosa contribuição para o saber social, razão pela qual pode ser considerada um nome inicial do cânone sociológico e do desenvolvimento das ciências sociais. A finalidade maior do retrato reflexivo e crítico a que Clapperton procede consiste em delinear um programa que batizou de «meliorismo científico», que antevê poder ser realizado no futuro e no qual a emancipação individual e o melhoramento das condições da sociedade são indissociáveis. Alicerça-o em conhecimentos científicos e também em incentivos que descortina em algumas tentativas de criação de novas formas de organização social, na procura de mais prósperos modos de vida dos indivíduos e da comunidade em geral, com vista à felicidade.

Jane Hume Clapperton escreve de um tempo que apresenta pleno de contrastes, como se a sociedade vitoriana fosse um rosto de faces antagónicas. De um lado, espelham-se a exaustão, a infelicidade e a desintegração social em múltiplas áreas; do outro, evidenciam-se, numa coloração animada, a teoria da evolução e as descobertas da ciência como instrumentos e possibilidades de vencer o esgotamento resultante de diversos problemas sociais. Inconformada com a predominância e o perpetuar da primeira feição, Clapperton deposita na segunda a sua confiança para o alcance, pela humanidade, de uma união sólida entre felicidade e bondade, apoiada pela inteligência e pela simpatia (CLAPPERTON, 1885). «O God, make no more giants, / Elevate the race», dois versos de Robert Browning (1812–1889), que ela cita num testemunho dado a uma revista, em 1905, adequam-se como eventual epígrafe para o seu legado teórico (MONTEFIORE, 1905).

Os seus textos principais são *Scientific Meliorism and the Evolution of Happiness*, de 1885, publicado quando tinha 50 anos, e *A Vision of the Future: Based on the Application of Ethical Principles*, de 1904. Foi também autora de artigos integrados em revistas, como *The Westminster Review* e *The Nineteenth Century*, e de uma novela dedicada ao modelo comunitário de organização da vida familiar, publicada em 1888. Produziu uma constelação de textos comumente orientados pelo empenho em refletir sobre a sua época, com sentido histórico, e apontar um projeto de forte reforma social, processada em ritmo gradual e em constante ligação entre as partes e o todo, à maneira de um positivismo conjugado com as influências do evolucionismo. Os pilares centrais do programa reformador de Clapperton consistem no controlo da natalidade e na educação, sendo a casa o *locus* que impulsiona a transformação social. O tom da análise é simultaneamente reflexivo, incisivo, sistemático e crítico, percebendo-se ter uma ligação próxima e autónoma com os movimentos de defesa dos direitos das mulheres e outros dedicados a causas reformistas que apoiou. Nessa distância crítica, Clapperton não oculta os seus motivos. Um tom com estas características vai ao encontro da observação de Kirsten C. Leng⁽¹⁾, segundo a qual Jane Hume Clapperton, das mais

(¹) De uma vaga de autores que tem examinado a emergência da sexologia no começo do século xx.

antigas feministas britânicas da vaga de feminismo liberal sufragista (VALCÁRCEL, 2008), foi alguém que se distinguiu por ser independente dentro do seu grupo geracional e, em vários aspetos, também uma das mais radicais (LENG, 2011, pp. 221–231).

O fio principal que liga as diferentes peças e ensaios de Clapperton corresponde à sua crença na humanidade como uma eutopia (do grego *eu*, «bom», e *tópos*, «lugar»)(²), inscrevendo-se, assim, na matriz de opinião do meliorismo. O seu pensamento tem por pano de fundo uma atmosfera intelectual, na Inglaterra vitoriana, que enfrentava e participava da revisão de doutrinas e de uma viragem ideológica no sentido da integração da autoridade do conhecimento científico e da «naturalização» do mundo, da secularização baseada em conceções biológicas. Tal viragem, fortemente avessa à ideia de revolução, advogava a remodelação social num ritmo progressivo, sendo também a religião pressionada a adaptar-se, isto é, a naturalizar-se, movendo a posição do sagrado do «eterno» para o «temporal», do «outro mundo» para «este mundo», do «númeno» para o «fenómeno».

Este ensaio dedicado a Jane Hume Clapperton continua com elementos da sua biografia. Segue-se um enquadramento do programa reformista por ela defendido, conjugando meliorismo, positivismo e evolucionismo. Numa secção mais nuclear deste texto, abordam-se tópicos que assumem maior saliência na fundação do seu meliorismo científico. De seguida, e no que representa um aprofundamento da biografia e do ambiente intelectual da sua época, faz-se uma incursão

(²) Os estudiosos de *Utopia* (1516), de Thomas More (1478–1535), bem como o sociólogo Lewis Mumford, notaram que o autor apreciava trocadilhos e, por isso, jogou com o sentido e o som das palavras, desde logo com derivações à volta de «lugar» (do grego *tópos*) (MUMFORD, 2007 [1922], p. 9). No seguinte poema, inserido em várias edições em latim de *Utopia*, o sentido de «eutopia» torna-se manifesto. Nele, Anemólio, o poeta da ilha de Utopia, defende para ela um outro nome: «Utopia [não lugar], em razão do isolamento, pelos antigos assim chamada, / Agora émula da cidade de Platão, / Talvez a ela superior, pois aquilo que ele em letras / Delineou, eu, de uma só vez, o apresentei / Com homens, bens e leis maravilhosas. / Eutopia [bom lugar], a bom título, há que chamar-me», poema intitulado «Sextilha de Anemólio, Poeta Laureado, Sobrinho de Hitlodeu, por sua Irmã, sobre a Ilha da Utopia» (MORUS, 2016 [1518], p. 363).

no círculo de instituições de que Clapperton teve proximidade, contribuindo esta extensão aos grupos nos quais se movimentou para matizar a atmosfera de então. É ilustrativa de como o debate em torno da eugenia e do socialismo se desdobrava, ressoando nos livros e nas ideias de Jane Hume Clapperton.

Elementos biográficos

Jane Hume Clapperton nasceu em Edimburgo, em 22 de setembro de 1832, na paróquia de St. Cuthbert's. A família de Clapperton era abastada, sendo o pai um comerciante de sucesso, gerindo negócios na capital escocesa e em Glasgow; a figura paterna mantinha também simpatias liberais e participava na esfera política (OTTER, 2004). Eram 12 irmãos e ela foi dos últimos a nascer. De saúde delicada, aos 12 anos Jane foi enviada para um colégio interno em Inglaterra, desconhecendo-se em que circunstâncias decorreu a sua adolescência e que círculos de socialização teve. Parca em pormenor, a biografia de Clapperton não permite descortinar, designadamente, a regularidade e demais coordenadas do trânsito entre a Escócia e a Inglaterra, entre outras eventuais viagens dentro e fora da Grã-Bretanha.

Depois do falecimento do pai e casados os irmãos e as irmãs, coube-lhe acompanhar e viver com a mãe. Ao mesmo tempo, dedicava-se a algumas atividades filantrópicas e também trabalhou para a Society for Promoting the Employment of Women⁽³⁾. A sua percepção da pouca utilidade deste tipo de ocupação (OTTER, 2004), que transparece largamente em *Scientific Meliorism and the Evolution of Happiness*, no qual a filantropia e a caridade são abordadas em registo muito crítico, conjugada com a circunstância da morte da mãe, em 1872, conferiram a Clapperton mais horizonte para aprofundar e expressar a convicção da necessidade de uma forte mudança

⁽³⁾ Fundada em 1859 por Jessie Boucherett (1825–1905), Barbara Bodichon (1827–1891) e Adelaide Anne Procter (1825–1864), ativistas dos direitos das mulheres e que, com a criação daquela entidade, pretendiam encorajar a independência económica das mesmas.

social. Inspirada pelos escritos de Mary Wollstonecraft (1759–1797), Harriet Martineau (1802–1876) e George Eliot (1819–1880), defendeu constantemente que a remodelação de que a humanidade precisava deveria decorrer num ritmo gradativo e nunca ao sabor de ruturas bruscas, em consonância com o que Eliot e Martineau partilhavam, influenciadas por autores positivistas. Destaca-se Auguste Comte e o seu *Curso de Filosofia Positiva*, publicado entre 1830 e 1842 e traduzido para inglês, pela primeira vez, por Harriet Martineau, em 1953⁽⁴⁾. Em linha com as ideias comtianas e com os círculos intelectuais que frequentava, CLAPPERTON equiparou a revolução a um caminho «retrógrado e fútil» (1904, p. 60).

A partir de 1872, a movimentação dela entre Londres e Edimburgo ter-se-á, porventura, intensificado, pois a primeira cidade foi sede de organizações e ligações a cujas causas aderiu, sendo membro ou apoiante: Liga Malthusiana, Men's and Women's Club, Sociedade Fabiana, The Legitimation League. Tinham em comum serem coletivos socialistas e apoiantes em menor ou maior grau da eugenia, quase todos sediados em Londres, agregando a elite reformista vitoriana, incluindo nomes pioneiros no estudo da sexualidade. Em 1880, e tomando ainda por fonte S. M. den OTTER (2004), Jane Hume Clapperton ter-se-á declarado agnóstica; com efeito, é neste ano que publica, na revista *Nineteenth Century*, um artigo intitulado «Agnosticism and Women: A Reply». Clapperton não se casou nem teve filhos e não se descobre um retrato ou fotografia. Faleceu em 1914, em Edimburgo. Aparecem, por raras vezes, leves referências autobiográficas no livro de 1885, que correspondem a traços do esboço de uma pessoa cujo perfil, desde jovem, se distingue por não ficar passiva perante a falta de direitos dos outros, numa atitude que conjuga coragem, compaixão, lucidez, independência e uma visão do mundo conscientemente questionadora.

⁽⁴⁾ Esta obra marca a segunda etapa de desenvolvimento do pensamento comtiano, demonstrando como a sociologia constituía a sequência lógica da hierarquia das ciências. Ao traduzi-la para inglês, Martineau tornou-se na primeira divulgadora do pensamento e da obra de Comte para os falantes dessa língua (HILL, 2017; MOORE, 1986).

Catherine Helen Spence (1825–1910) foi uma jornalista, política e sufragista australiano-escocesa que tomou *Scientific Meliorism and the Evolution of Happiness* como o mote para escrever *A Week in the Future* (MAGAREY, 2010). Conta que, aquando da sua passagem por Londres, em 1894, esteve uns dias na companhia de Jane Hume Clapperton, que identifica como a «autora de *Scientific Meliorism*», e refere terem visitado as sobrinhas e amigas de George Eliot, dando passeios, nas terras de Warwickshire, por alguns cenários retratados no romance *Adam Bede*, o livro com que Mary Ann Evans se estreara, em 1859, como a escritora George Eliot (SPENCE, 2005, p. 159). Das obras de Eliot, Clapperton reconhece, logo na abertura de *Scientific Meliorism*, ter retirado muita inspiração para a vitalidade do seu trabalho. E aqueles passeios das feministas pelos ambientes eliotianos deveriam ter algo de memória comemorativa de uma figura que reunia consenso enquanto mentora da libertação das mulheres e da humanidade. George Eliot e o reverendo James Cranbrook⁽⁵⁾ estão entre aqueles a quem Clapperton dedica o seu primeiro livro, reconhecendo-os como seus «professores». Clapperton afirmou não ter chegado a conhecer a escritora, mas diz ter convivido com figuras do seu círculo, como Charles Bray (1811–1884), homem de negócios e reformista social, cuja casa, Rosehill, acolhia, entre outros intelectuais, Herbert Spencer (1820–1903), Harriet Martineau e Ralph Waldo Emerson (1803–1882).

Talvez uma mistura de espírito compassivo, atitude prática e um olhar ético, agudo, fosse a marca de Jane Hume Clapperton. Em *Scientific Meliorism*, quando aborda a situação, para ela especialmente preocupante, das classes pobres, declara ter o seguinte «problema prático»: «como dar a cada indivíduo, por imperfeito que seja, toda a felicidade possível, havendo embora que contrariar nele as más tendências que podiam gerar infelicidade à volta?» (1885, p. 54). São reflexões como estas que permitem, com muita

(5) Viveu entre 1817 e 1869 e foi autor de *Credibilia: An Inquiry into the Grounds of Christian Faith* (1866) e *On the Hindrances to Progress in Theology* (1871). Destacou-se pelos seus sermões de tom heterodoxo; em 1865, fixou-se em Edimburgo, depois de um período de ministério em Liverpool.

probabilidade, antever Jane Hume Clapperton entre as duas jovens protagonistas de um quadro relatado por ela (*ibidem*, pp. 50–54), em que logo sobressaem dois tópicos muito do seu interesse: a pobreza e a população excedentária. «Há uns anos», escreve, sem precisar qual o tempo exato — mas aponte-se o meio do século XIX, quando ela completou 18 anos —, duas raparigas da classe média passavam os últimos dias de verão num pequeno lugar onde corria o «nobre rio Clyde», na Escócia. A atmosfera andava chuvosa e elas não compreendiam o porquê de, nessas circunstâncias, continuarem a realizar-se excursões de massas de operários e suas famílias, conduzidos de Glasgow em passeios anuais patrocinados pelos donos das fábricas onde trabalhavam. Elas interpelavam os promotores destas iniciativas de várias maneiras, questionando, por exemplo, por que motivo não eram os grupos de excursionistas mais pequenos e qual a razão que ditava o não planeamento daquelas visitas para outros dias, mais agradáveis. Mas apenas recebiam explicações «miseravelmente inadequadas» (*ibidem*, p. 51).

Conta Clapperton que em terras como Rothesay, Innellan, Dunoon e outras áreas onde passava o Clyde, eram sucessivamente desembarcadas, em massa, centenas de trabalhadores fabris, por um dia de recreio que, na maior parte das vezes, resultava em comportamentos antissociais, uma vez que os passeantes desconheciam o que era o tempo livre e o que fazer com ele. Num desses dias, a chuva numerosa, as terras em lama e as massas de excursionistas sem um teto de abrigo compunham um quadro «miserável», o qual levou as raparigas a lembrarem-se de pedir a abertura de igrejas, onde poderiam albergar, por algumas horas, os excursionistas. Contra elas, somavam-se argumentos: era sábado e não haveria tempo suficiente para limpar o lugar para as próximas cerimónias religiosas; as Bíblias podiam ser roubadas; um procedimento tão invulgar precisava da aprovação das mais altas autoridades. Apenas no caso de uma igreja o esforço resultou. A experiência daquele dia muito cinzento impressionou-as, narra Clapperton, e as duas jovens gravaram na memória aquela primeira vez em que tinham tido um contacto próximo com os pobres e sentido de muito perto o amargo desapontamento a que aquele grupo social tão frequentemente era

exposto. Ao final da tarde, na despedida e no embarque dos excursionistas para Glasgow, elas contemplavam a multidão de maridos entorpecidos, crianças chorosas, mães irritadas e raparigas excitadas, cujos vestidos aspirando a elegância a chuva tornava ainda menos conseguidos. Perante o quadro carregado, o desgosto das espectadoras ia dando lugar a uma «profunda compaixão» (*ibidem*, p. 52).

Reencontra-se a mesma compaixão prática num quadro do verão de 1884, em que Clapperton já se autoidentifica, novamente tendo por cenário uma terra com rio, talvez a mesma da cena anterior. Propõe-se esta expressão, «compaixão prática», para definir a sua atitude por se considerar que condensa com exatidão os seus modos e pontos de vista. Relata ela que, naquele verão, uma excursão de crianças, misturando rapazes e raparigas, viera de um orfanato, de comboio, e marchava pela localidade, seguindo à sua frente os professores e os padres, ao som de uma banda infantil no meio da procissão. Nos momentos de paragem, algumas crianças infiltravam-se, com caixinhas de esmolos, entre a multidão que assistia ao cortejo. Um dos padres apelou ao apoio dos que observavam a cena, mas a concentração de espectadores aumentava de um modo tal, que se corria o risco de as crianças não poderem ser vistas. O padre agarrou numa miúda, ergueu-a bem ao alto e, enquanto a exibia e ela chorava sem parar, ocorreu uma imediata chuva de moedas na sua direção. Quando a multidão se desfez, Clapperton, então uma mulher de «meia-idade», interpelou o padre, perguntando-lhe se achava correto ensinar às crianças aqueles comportamentos e tal forma de estar em público. Obteve a resposta de que aquele era o método eficaz e de que de nenhuma outra maneira iria obter o dinheiro. Um argumento sem resposta, concluía Clapperton, reforçando o seu desacordo quanto à ação das instituições de caridade, que recorriam ao «sensacionalismo», como na situação descrita, com ecos de um número de circo pobre (*ibidem*, pp. 78–79).

Vozes contemporâneas de Jane Hume Clapperton consideraram-na «uma mulher veterana a trabalhar pela causa da humanidade», comparando os seus livros a uma «Bíblia do Altruísmo» (MONTEFIORE, 1905). James Mayor (1854–1925), que com ela conviveu, observou que Clapperton tinha um quadro mental muito próximo do de Auguste

Comte. Mayor ensinou Economia Política na Universidade de Toronto entre 1892 e 1923 e também patrocinou as iniciativas académicas do geógrafo e sociólogo Patrick Geddes (1854–1932), contemporâneo da autora em foco (PEEL, INGLES e DISTAD, 2003, p. 810). Geddes e Clapperton denotam afinidades, não apenas por ambos terem nascido em Edimburgo como também por produzirem reflexões projetadas no futuro e convergindo também nos temas de interesse⁽⁶⁾. Na sua autobiografia, James Mayor fixou ainda outras impressões de Clapperton:

Uma das minhas amigas mais queridas de Edimburgo era Miss Jane Hume Clapperton, autora de *Scientific Meliorism*. Costumávamos ter encontros no verão, na casa de campo dos Manns, em Loch Lomond [Escócia]. Miss Clapperton tinha uma mente notável. Não sei se tinha um génio inovador ou original, mas ela possuía o génio do pensamento ordenado. Não fora criada na Escola de Comte, e ainda assim a sua mentalidade era comtista. Estava muito impressionada com as ideias da unidade do conhecimento e com a necessidade de aplicar a ciência à vida humana de modo a haver progresso. A questão do sexo era tocada por ela com delicadeza e ousadia. Livre de agressividade, teve menos influência nos homens e mulheres do seu tempo do que podia ter tido, mas durante o século XIX não mais de duas mulheres — George Eliot [escritora] e Sónia Kovalevski [matemática] — deram provas de mais poder intelectual e nenhuma destas teve uma perspetiva sobre a vida tão sã e saudável como Jane Hume Clapperton. (MAYOR, 1923, pp. 225–226[7])

A ficção reflete a vida e ao mesmo tempo esculpe-a. Se Clapperton fosse uma figura das que atravessam as 250 obras de ficção ocidental que a socióloga Nathalie Heinich (1955–) estudou com a finalidade de decifrar os diversos «estados da mulher», ela seria uma personagem na categoria «mulher livre» (HEINICH, 1998 [1996], pp. 335–336). Heinich afirma mesmo preferir o termo «mulher não ligada», por considerar que «não ligada» respeita mais «a ambivalência de um estatuto [ser livre] dividido entre a inegável felicidade que é a ausência de entraves

(6) Embora seja mais conhecido pelo seu trabalho na área do planeamento urbano e regional, Patrick Geddes publicou *The Evolution of Sex*, em 1889.

(7) Tradução nossa.

e a infelicidade pouco confessável que é a falta de amarras» (*ibidem*, p. 336). Acerca deste dilema, é citado ainda um dito esclarecedor do filósofo e teólogo Søren Kierkegaard (1813–1855): «O ser tem uma igual apetência de possível e necessidade. Desespera tanto por falta de possível como por falta de necessidade»⁽⁸⁾. Na biografia de Clapperton, e porventura na de todos os humanos, permanece o segredo quanto ao modo como foi orquestrando as possibilidades e as faltas.

Influências: meliorismo, positivismo, evolucionismo

A obra de Jane Hume Clapperton inscreve-se na abordagem da sociologia positivista delineada por Auguste Comte, sustentando a pertinência de um conhecimento emancipado da teologia e da metafísica, destacando o facto de o mundo social, por si, ter uma inteligibilidade e, assim, os organismos sociais terem problemas que requeriam a necessidade de uma ciência voltada para o seu conhecimento, resolução e controlo. Em conformidade, o pensamento de Clapperton absorve uma matriz de pensamento animada pelo conhecimento racional e pela crença e confiança absoluta num progresso linear, desejável e inevitável, dotado de uma dinâmica interna conhecida. Atitude de que outras figuras de clássicos da sociologia, como Max Weber (1864–1920) e Georg Simmel (1858–1918), se demarcaram ao discutir e abandonar tal perspetiva, em diversas obras publicadas entre, aproximadamente, 1890 e 1920.

A credibilidade no progresso aliava-se ao acreditar na possibilidade de um mundo melhor e do alcance de maior felicidade para a humanidade. Neste sentido, a apologia do progresso e do meliorismo converge frequentemente num conjunto amplo de pensadores do final

⁽⁸⁾ KIERKEGAARD (1973 [1849]). Simone de Beauvoir citou Kierkegaard na abertura de *O Segundo Sexo* (1949), escolhendo para uma das epígrafes um dito implacável: «Que desgraça ser mulher! Entretanto, a pior desgraça quando se é mulher é, no fundo, não compreender que sê-lo é uma desgraça» (BEAUVOIR, 2008 [1949], p. 7).

do período vitoriano que, imbuídos de princípios humanitários, adotaram o termo «meliorismo» para combater o pessimismo e superar o «*gospel* da inação» (WARD, 1893, p. 70) encarnado pelo otimismo. Na obra que marca a terceira fase do pensamento de Comte, *Sistema de Política Positiva*, publicada entre 1851 e 1854, o autor advogava que o homem era feito para agir, não para divagar à volta de especulações e dúvidas ilimitadas. Os partidários da palavra «meliorismo» tinham em comum acreditarem na capacidade humana de tornar o mundo melhor de forma gradual, banir as condições sociais desfavoráveis e gerar, pela reforma social, uma vida melhor.

De acordo com Charles Gardner, autor de *The Inner Life of George Eliot* (1912), foi Eliot quem cunhou o conceito⁽⁹⁾, tornando-se, assim, como que uma patrocinadora oficial desta corrente, que agrega uma diversidade de pensadores, entre os quais Jane Hume Clapperton; como se referiu, ela elegeu George Eliot, logo no primeiro livro que publicou, como mentora do seu trabalho e pensamento. Desafiando as convenções familiares, Eliot trabalhava desde 1844 como tradutora — da obra de Ludwig Feuerbach (1804–1872) e de Espinosa (1632–1677)⁽¹⁰⁾, entre outros — e de 1959 até 1976 publicou os nove romances que a tornaram reconhecida e aclamada na comunidade literária e nos círculos feministas⁽¹¹⁾. Dorothea Brooke, a heroína de *Middlemarch*, romance largamente citado em *Scientific Meliorism*, ousara mudar de figuras do seu afeto e da sua dedicação

⁽⁹⁾ Contudo, outros apontam uma origem anterior, no artigo «The Reciprocal Influence of the Physical Sciences and of Free Political Institutions», publicado em janeiro de 1846 na revista *United States Democratic Review* (WADDELL, 2012, pp. 33–34).

⁽¹⁰⁾ De Feuerbach traduziu *Das Wesen des Christentums* (*The Essence of Christianity*, publicado em 1854 pelo editor John Chapman); em 1956, Eliot completou a tradução de *Ethica* (*Ethics*), de Espinosa, publicado pela primeira vez em 1677, no ano da morte do seu autor.

⁽¹¹⁾ A autora era independente e, ao decidir ter uma ligação de companheirismo amoroso e intelectual com George Henry Lewes (1817–1878), casado, merecera a condenação geral, incluindo a desaprovação da sua família. Lewes era um pensador inglês que se contava entre os adeptos do positivismo (MOORE, 1986); a relação dos dois perdurou até à morte dele.

e enfrentar o incômodo que alguém pode representar para si mesmo, sem se refugiar no «agasalho da estupidez» (ELIOT, 2011 [1871–1872], p. 186)⁽¹²⁾.

Segundo Herbert Spencer, outro autor entre os que mais operam como referência e guia para Clapperton, a atitude meliorista apontava para que «a vida está no caminho de se tornar algo que proporcionará mais prazer do que dor» (SPENCER, 1884, p. 195). Mas é a visão de meliorismo de Lester F. Ward (1841–1913), que o equipara a «humanitarismo *minus* todo o sentimento» e a «utilitarismo científico, inspirado pela fé na lei da causalidade e na eficácia da ação bem direcionada» (WARD, 1883, p. 468; 1893, p. 70), que, segundo Nathan Waddell, Jane Hume Clapperton mais repercute (WADDELL, 2012, pp. 26–39)⁽¹³⁾.

⁽¹²⁾ Para Simone de Beauvoir, George Eliot extraiu, na sua revolta, «uma visão ao mesmo tempo minuciosa e dramática da Inglaterra vitoriana» (BEAUVOIR, 2008 [1949], p. 533). Retomando observações da escritora Virginia Woolf sobre as mulheres e a ficção (WOOLF, 1929), Beauvoir nota que Eliot como Jane Austen e as irmãs Brontë se esforçaram tanto para se libertarem das pressões exteriores que «chegam algo arquejantes a esse estágio de onde partem os escritores masculinos de grande envergadura; não lhes sobram forças suficientes para aproveitarem a vitória e romperem com todas as amarras; nelas não se encontra, por exemplo, a desenvoltura de um Stendhal, nem a sua tranquila sinceridade» (*ibidem*).

De Eliot, Beauvoir leu, aos 11 anos, *O Moinho à Beira do Floss*, que permaneceu uma leitura constante ao longo da vida. Reconfortava-a, como afirmou à sua biógrafa Deirdre Bair, ver que mesmo uma mulher «desempenada» como Maggie Tulliver, a personagem principal do livro (ELIOT, 2011 [1860], p. 16), não teve controlo nas circunstâncias da sua vida e da sua dura morte. «A novela ajudou esta leitora [Simone de Beauvoir] a suportar o medo de ler fins trágicos que pareciam estar escritos desde o princípio [...] [e a] aprender a aguentar a responsabilidade por si mesma e pelos outros, mas também a admitir os duros limites dessa responsabilidade» (ANDERSON e SHAW, 2016, p. 127).

⁽¹³⁾ A partir deste entendimento, é possível observar que, enquanto George Eliot empregou o termo meliorismo no sentido de uma atitude que perscruta modos de melhoramento reais e alcançáveis, Lester F. Ward viu-o mais como uma questão de não tanto aliviar os males da época, mas antes de eliminar os fatores que desencadeavam a materialização desses problemas sociais (WADDELL, 2012).

O termo «meliorismo» envolvia uma ampla discussão filosófica que *Scientific Meliorism* não contempla, o que é perceptível por o foco ter uma natureza muito distinta. A noção de meliorismo podia, com efeito, gerar uma discussão complexa de conceitos como «bem», «mal», «otimismo», «pessimismo», «ideal», entre outros. Waddell mostra como no livro *Monism and Meliorism: A Philosophical Essay on Causality and Ethics*, publicado no mesmo ano que *Scientific Meliorism or the Evolution of Happiness*, o seu autor, o filósofo Paul Carus (1852–1919), vinha perturbar o horizonte ordenado por pensadores como Spencer e Ward. Carus empregava a palavra meliorismo mais para nomear a estrutura de alguns tipos de pensamento do que para designar uma versão sua acerca de como o mundo havia de ser remodelado para melhor. Para Carus, as perspetivas de Spencer e Ward, pelas quais o homem existe no mundo para que um dia seja ou se torne feliz, surgiam distorcidas, pois supunham, na sua leitura, que a felicidade consistia em algo indefinível «em si» e dependia das naturezas humanas, que, importava não esquecer, não germinam nem cultivam inevitavelmente o prazer. Radicava o seu olhar no pessimismo de Schopenhauer e discípulos, e ridiculizava os «milhares e milhões de miseráveis seres humanos que se cansam a si mesmos a caçar estrelas» (CARUS, 1892, p. 148). Se também ele escrevia, em 1885, que o dever dos homens era trabalhar com persistente esforço para o melhoramento do mundo (1885, p. 71), não concebia a felicidade como um objetivo da vida, perseguia antes uma finalidade alternativa num mundo não habitado pelo sentimento de otimismo.

Pensadores como James Sully (1842–1923), influenciado por Charles Darwin (1809–1882) e Herbert Spencer, entenderam meliorismo como um nome para ideologias que insistiam na capacidade dos seres humanos para mudar o mundo de forma progressiva, ainda que reconhecessem que termos como «melhor» e «progressivo» não possuíam significado intrínseco mas apenas adquiriam sentido perante situações e pontos de vista específicos (SULLY, 1877). Num ensaio reflexivo sobre a crise ideológica que a Inglaterra atravessou no período vitoriano, James R. Moore evidencia que a «naturalização» se tornou na expressão atualizada de meliorismo, o termo que no seu entendimento melhor capta a dimensão real da crise vitoriana.

Tal crise implicara um processo de negociação e afirmação de novas doutrinas, que uma *intelligentsia* dissidente, formada por agnósticos, positivistas e teístas liberais⁽¹⁴⁾, acreditava poderem preencher as melhores aspirações dos antigos credos; uma negociação pela qual a autoridade era transferida para valores naturalísticos e para instituições conduzidas pelos intérpretes profissionais da natureza (MOORE, 1986, p. 68).

As perspectivas abrangidas pelo meliorismo suscitaram a discórdia e contestação de autores como Herbert George Wells (1866–1946); em *A Modern Utopia*, Wells acusa os partidários sociais e políticos de Darwin de confundirem a raça e a nacionalidade. Waddell nota que autores da vaga meliorista do final do século XIX, como Paul Carus ou Jane Hume Clapperton, com abordagens e focos de interesse distintos, raramente foram evocados nos primeiros textos da vaga de modernistas que se demarcaram dos projetos de reforma e regeneração social de finais do século XIX. Reside aqui um fator de interesse da redescoberta do pensamento de Jane Hume Clapperton, conjugado com a circunstância de ser uma das primeiras mulheres, na linha de Mary Wollstonecraft e Harriet Martineau, que produziram ensaios e contributos para a teoria social, a segunda sendo considerada a primeira socióloga (EDLES e APPELROUTH, 2005, p. 195; HILL, 2017)⁽¹⁵⁾ e constituindo uma referência permanente para a autora de *Scientific Meliorism*.

⁽¹⁴⁾ Entre os agnósticos, Moore coloca: Herbert Spencer; Thomas Henry Huxley (1825–1895), alcunhado de «o bulldog de Darwin» e avô do escritor Aldous Huxley; Leslie Stephen (1832–1904), autor de uma biografia sobre George Eliot (STEPHEN, 1902), pai da escritora Virginia Woolf e da pintora Vanessa Bell. Entre os positivistas, Moore situa: Frederic Harrison (1831–1923), presidente do Comité Positivista Inglês; George Henry Lewes (1817–1878); John Morley (1838–1923), jornalista e político. Entre os teístas liberais, nomeia: Francis Newman (1805–1897), ensaísta; James Anthony Froude (1818–1894), historiador.

⁽¹⁵⁾ É autora de uma extensa obra, tendo escrito — e antes de ter surgido, da sua autoria, a primeira tradução de Auguste Comte para inglês, em 1853 —, entre outras: *Illustrations of Political Economy* (1832), cujos nove volumes terão vendido mais do que os livros de Charles Dickens, quando foram publicados pela primeira vez (MANN e ROGERS, 2011); *Poor Laws and Paupers Illustrated*

O programa do *Scientific Meliorism* de Clapperton pode ser visto enquanto resposta e repto direto a Francis Galton (1822–1911), primo de Charles Darwin, que então fundava a chamada ciência eugénica. A preocupação e a tentativa de melhorar as qualidades e o denominado *stock* genético de uma raça eram antigas, mas é com Galton que se dá a transição dessas elaborações anteriores para uma forma de cientismo moderno⁽¹⁶⁾. Em 1883, Galton apelava ao que estaria ainda por fazer em termos de evolução: alcançá-la de um modo não inconsciente, mas sim de maneira deliberada e sistemática. Na sua proposta de resposta ao apelo de Galton, Clapperton juntava a confiança numa mistura de eugenia, teoria da evolução, advogando mudança gradual e modelo socialista de governo da sociedade. Fazia-o no ambiente intelectual da Inglaterra vitoriana, onde o entendimento darwinista de evolução impulsionara uma transformação ideológica que enfatizava a secularização e a naturalização. Esta atmosfera tinha ainda muito presentes as teses de Thomas Malthus (1766–1834) sobre os efeitos considerados perniciosos da relação desproporcional entre o crescimento da população e o ritmo de reposição dos meios de subsistência. Tais teses tiveram um prolongamento direto nas ideias de Francis Galton, cuja eugenia não se encontrava distante do que Clapperton irá apelidar de uma «seleção inteligente», ou seja, um controlo dos nascimentos aplicado ao mundo dos humanos e suas particularidades sociais.

(1833–1834), *Society in America* (1837), *How to Observe Morals and Manners* (1838), *Life in the Sick-Room* (1844), *Letters on Mesmerism* (1845), *Household Education* (1848), *Letters on the Laws of Men's Nature and Development* (1851) e *Letters from Ireland* (1852) (HILL, 2017, p. 70).

⁽¹⁶⁾ Ver, acerca do culto da ciência, GARCIA (2004), sendo de notar que o autor foi quem atribuiu, no cenário português, uma primeira atenção ao pensamento de Clapperton. Numa análise sociopolítica da biotecnologia, na qual se abordam as origens da ciência eugénica e das utopias literárias e ficcionais que nela se radicaram, são focadas as obras de Herbert George Wells e Jane Hume Clapperton, com o propósito de evidenciar a influência da eugenia no visionarismo social destes autores, numa tendência que se verificava desde 1875 e se acentuou na década de 1890 entre os escritores de ficção utópica (GARCIA, 2004, pp. 373–380).

No contexto inglês, a sociologia positivista ganhou recetividade muito por via da condenação, por Comte, da ideia de revolução e do propósito de a sua teoria fornecer o sistema de ideias científicas para presidir à reorganização social⁽¹⁷⁾. E embora prescrevesse a proteção do fraco pelo mais forte e a cooperação, a sua perspetiva temporal evolutiva e a ideia de que os fenómenos se processam com leis gerais que regem o mundo estabeleciam fios de ligação com o evolucionismo spenceriano. Herbert Spencer tomara, em *The Principles of Biology* (1864–1867), a iniciativa de equiparar o seu princípio da «sobrevivência dos mais aptos»⁽¹⁸⁾ à seleção natural darwiniana, sublinhando a ideia de adaptação ao meio como condição de sobrevivência; o meio atuava como um estímulo à evolução das características dos seres vivos, preservadas de geração em geração. Para CLAPPERTON, a doutrina da evolução afigurava-se «explicativa das coisas como elas são, e profética das coisas como elas serão e devem ser» (1885, p. 27). Spencer, Ward, Malthus, Galton e uma galeria de nomes menos célebres, num conjunto que conciliava os matizes do agnosticismo, positivismo e teísmo liberal, estruturam a matriz de leitura e interpretação da sociedade de Clapperton. O resultado traduzia-se, como ela mesma definiu, «num arranjo sintético de ideias que não são originais, mas sim propriedade comum da época em que vivemos» (*ibidem*, p. VII).

(17) Escreve CLAPPERTON: «o despotismo da ciência — o verdadeiro positivismo — é um despotismo a saudar com alegria, a unir com os nossos mais estimados e queridos ideais, e a ser trabalhado, com os nossos mais sérios esforços [...] o gradual esclarecimento da espécie humana deve resultar na filosofia positiva — a filosofia da ação, o verdadeiro regulador da sociedade em toda a sua extensão» (1885, p. 408). Ver, a propósito do pensamento de Auguste Comte, a obra de ARON (2000).

(18) Contribui, assim, de acordo com Ana Leonor Pereira, também ele para o compromisso histórico entre o darwinismo e o evolucionismo spenceriano (PEREIRA, 2001, pp. 48–49). Mas foi Darwin quem fez, de acordo com aquela autora, a parte mais importante para selar a associação, quando introduziu, a partir da 5.ª edição da *Origem das Espécies* (1859), a expressão spenceriana *the survival of the fittest*, não só no texto como no título do capítulo IV do livro: «Natural Selection; or the Survival of the Fittest».

Tópicos principais do programa meliorista de Jane Hume Clapperton

Scientific Meliorism e *A Vision of the Future* têm fortes correspondências, surgindo o segundo como uma continuação do primeiro em modo de revisão e reatualização de referências e de perspetivas, com destaque, nesta segunda etapa, para os seguintes aspetos. Em primeiro lugar, aparece a defesa explícita e sem ceticismo do socialismo, fruto, porventura, da adesão de Clapperton a organizações fabianas. Em segundo lugar, desenvolve-se uma abordagem ainda mais enfática das possibilidades da eugenia no melhoramento do mundo, por ela considerado necessitado de refinamento do seu «capital» genético, visando o alcance de uma sociedade mais feliz. Em terceiro lugar, verifica-se a apropriação de estudos entretanto produzidos em matéria de sexualidade e de desigualdade social.

Os tópicos são abordados num modelo sequencial, que se inicia com um questionamento e diagnóstico e depois prossegue com respostas para os problemas identificados. O método conjuga a referência a autores que a inspiraram a partir de livros publicados e de artigos em revistas e jornais, comentário de dados estatísticos e de situações que observou e que partilha com o leitor. O tom varia entre o da ensaísta, observadora social, jornalista, oradora talvez em bancada parlamentar, demógrafa, educadora, filósofa, leitora de poesia e romances, que cita abundantemente.

O controlo racional da reprodução sexual como primeiro alicerce da mudança

Em 1869, Francis Galton tinha publicado *Hereditary Genius* e venceu nesta obra a ideia de que atributos como a inteligência eram adquiridos por via da hereditariedade, sendo mais inatos do que devedores da influência do ambiente e da educação. Anos depois, em 1883, Galton reafirmava a defesa do controlo racional da reprodução sexual como medida-chave de melhoria das qualidades ráticas, físicas e mentais das gerações futuras. Inspirou o movimento eugenista, que

se expandiu entre as últimas duas décadas do século XIX e 1940, e era animado por um sentimento de urgência na contenção racional da reprodução, na crença de que os *stocks* genéticos em termos étnicos, nacionais, civilizacionais e até da própria espécie estavam num processo de contínua deterioração⁽¹⁹⁾.

É neste enquadramento que Jane Hume Clapperton lê, filtra teorias, escreve e produz o seu pensamento. Ao abordar o crescimento veloz da população nos centros industriais da Inglaterra vitoriana e os problemas que esta tendência gerava, mostra-se perplexa por a «poderosa alavanca» que era a «influência das mentes inteligentes» não ter sido ainda aplicada à «questão da população» (CLAPPERTON, 1885, p. 88). Por outras palavras, advogava a necessidade de o conhecimento racional contribuir para prevenir as multidões de crianças pobres e miseráveis de que também falava Matthew Arnold (1822–1888), em *Culture and Anarchy* (1869), e para preservar os melhores *stocks* genéticos da raça. A eugenia era adotada pelos que se preocupavam com a degeneração das condições sociais e raciais e procuravam um projeto de recuperação social coadjuvado pelos instrumentos da ciência; um programa conduzido, como era timbre dos apoiantes da teoria da evolução, entre os quais se situava Jane Hume Clapperton, segundo os princípios de um progresso construído em etapas. A propósito, observe-se que, tal como Comte, Jane Hume Clapperton não parece perseguir um progresso imparável e ilimitado, e acreditar mais num estado de bem-estar alcançável e satisfatório; não seria, pois, uma positivista tecnocrática (*ibidem*).

Thomas Malthus destacara, com preocupações de demógrafo apreensivo, no final do século XVIII, o problema da relação desproporcional entre o crescimento da população e dos meios de subsistência. Já em 1729, a voz satírica e denunciadora de Jonathan Swift (1667–1745) ousara enunciar a sua «singela proposta» para reduzir o número de habitantes. Numa Irlanda onde a fome era persistente, Swift pedia aos opositores do seu projeto, que já se verá qual era, «o obséquio de ponderarem os seguintes dois aspectos». Na argumentação surgem também preocupações que se diriam ser de um eugenista:

(19) Ver, a este respeito, a leitura tecida por MARTINS (2011).

Antes de mais nada, nas actuais condições, como é que tencionam angariar comida e vestuário para cem mil bocas e corpos inúteis? E, em segundo lugar, faço notar que há cerca de um milhão de criaturas da raça humana espalhadas por este reino, cuja subsistência acarreta custos que atingem a soma astronómica de dois milhões de libras esterlinas [...]; pois bem, cabe-me pedir aos políticos [...] que comecem por perguntar aos progenitores destes mortais se, neste momento, não encarariam como uma circunstância muito feliz terem sido vendidos como alimento com um ano de idade [...] tendo assim evitado esta perpétua sucessão de desditas a que têm sido submetidos desde então, oprimidos pelos proprietários das terras, incapazes de prover às suas necessidades pela falta de dinheiro e de trabalho, sem alimento para matarem a fome, sem casa nem roupas para os protegerem das inclemências do mau tempo, já para não falar da inevitável perspectiva de legarem padecimentos iguais ou ainda maiores aos seus descendentes, para toda a eternidade. (SWIFT, 2016 [1729], p. 131)

Para Clapperton, a regulação da reprodução sexual, em lugar da gestação deixada ao acaso, constituía o alicerce principal do melhoramento social, e daí a importância primordial que o tema adquire nas suas obras e o lugar prioritário no caminho que ela projeta para a humanidade alcançar um estado de felicidade individual e comunitária. Após a revisitação das teses de Malthus, acerca do compasso desequilibrado entre o aumento de população e a reposição de meios de subsistência, merecem-lhe especial atenção as ideias e a «luz fresca» de Darwin sobre o lugar do homem na natureza, que não a impediam de considerar que a sua transposição direta para o mundo social carecia de fundamento (CLAPPERTON, 1885, p. 89). Escreve Clapperton que a teoria darwinista não se refere «ao estado de coisas que agora prevalece», o qual estava longe de se reger simplesmente pelas forças do Cosmo, e daí a distorção que acredita poder gerar-se na compreensão da organização social à luz das ideias de «seleção natural» e de «luta pela sobrevivência» (*ibidem*, pp. 90–91). Por um lado, naquela época a benevolência e a proteção dos mais fracos representavam o motor da ação de uma espécie institucional também ela em considerável ritmo reprodutivo: as entidades dedicadas à filantropia e caridade. Por outro lado, o poder do capital conseguia

ultrapassar a limitação dos meios de subsistência disponíveis, e quanto mais riqueza econômica uma pessoa tivesse, menos tinha de lutar pela sua existência e enfrentar obstáculos. A aliança da benevolência filantrópica com a força econômica, desigualmente distribuída, vinha contradizer a seleção natural de que falava Darwin, originando, antes, nada mais do que uma «seleção artificial» de seres humanos, zeladora da sobrevivência dos mais fracos.

É ao discutir estes conceitos que Clapperton elege a noção de «seleção inteligente», que corresponde, em seu entender, a uma medida de justiça social, promotora do nascimento dos aptos⁽²⁰⁾ e conduzindo à eliminação de problemas como o crime e as doenças morais, entre muitos outros traços que a autora e outros do seu tempo acreditavam ser hereditários. Como Galton, Clapperton partilha da crença na eugenia como inspiradora da seleção inteligente e da regeneração da raça. A divergência perante o primo de Darwin surge em matéria de métodos. Em *Scientific Meliorism*, Clapperton já defende explicitamente o uso cuidadoso de controlos artificiais da reprodução⁽²¹⁾; vinte anos depois, em *A Vision of the Future*, a terminologia converte-se, falando agora em «autocontrolo natural» da reprodução e «ajudas artificiais ao autocontrolo»⁽²²⁾ (CLAPPERTON, 1904, p. 129). Clapperton não nomeia os métodos de controlo nem os compara. Mesmo no que se refere à esterilização, a medida eugénista considerada «mais atraente para aplicar em massa» e tornada na «assinatura universal das políticas de eugenia negativa nas democracias», como escreve MARTINS (2011, pp. 395–396). Em *Scientific Meliorism*, a palavra «esterilização» aparece duas vezes: primeiro, quando refere a possibilidade de os criminosos, desde que tendo aceitado voluntariamente a operação, continuarem a lidar com o mundo feminino sem «perigo para a posteridade» (CLAPPERTON, 1885, p. 373); segundo, no capítulo final de *Scientific Meliorism*, ao afirmar que o sistema doméstico do tempo era «totalmente incapaz de lidar

⁽²⁰⁾ No texto original: «the birth of the fit».

⁽²¹⁾ No texto original: «artificial checks to reproduction».

⁽²²⁾ No texto original: «natural self-control»; «artificial aids to self-control».

com as relações sexuais e ajustá-las à *stirpiculture* [no original] e à esterilização de organismos doentes» (*ibidem*, p. 430).

Referiu-se antes o papel de Lester F. Ward e retoma-se este autor a propósito do entrelaçamento que fez, em 1913, dos conceitos de *stirpiculture* e *eugenics*⁽²³⁾. Segundo Ward, Galton chegara a usar o termo *stirpiculture* para mostrar como o processo de criação de espécies com características específicas, aplicadas à botânica e à zoologia, podia beneficiar também a humanidade. Mas, procurando assegurar a melhor recetividade à sua causa, e tentando evitar conotações menos positivas de *stirpiculture*, assentou, em *Inquiries into Human Faculty and Its Development* (1883), na noção de «eugenia» para designar a ideia da criação da melhor geração (do grego *eu* [«bom»] e do latim *genia* [«geração»]). O poder contido na ciência eugénica desdobrava-a num ramo de tom «negativo» e noutro de pendor «positivo», ainda que Clapperton não os destrince na sua obra, talvez porque ambos fossem do seu interesse: a eugenia «negativa» fixava-se na prevenção da propagação dos efeitos de deficiências físicas e mentais, buscava a eliminação do defeito; a eugenia «positiva» direcionava-se para o melhoramento da humanidade pela seleção dos superiores no processo de reprodução, pretendia o aumento do número de génios (WARD, 1913^[24]).

John Humphrey Noyes (1811–1886), educado e dado ao estudo da religião e da filosofia, crente de que «o homem não é naturalmente monogâmico» (MCGEE, 1891, p. 320), era um dos que seguiam com atenção as obras de Darwin e de Galton. Para designar um projeto seu de eugenia positiva, e uma vez que o termo não existia, criou, desde finais de 1860, o termo *stirpiculture*, junção do latim *stir* (significando «lote», «raíz») e *culture* (CARDEN, 1998, p. 61). O objetivo foi perseguido na Comunidade Oneida, sob a sua liderança desde 1848, em Nova Iorque. Em *Scientific Meliorism*, CLAPPERTON foca esta iniciativa enquanto caso exemplar da vida coletiva ordenada segundo o princípio da autocrítica, em vez do vulgar despotismo (1885, pp. 208–210). Já em *A Vision of the Future*, a Oneida, que durou

⁽²³⁾ Num artigo intitulado «Eugenics, Euthenics, and Eudemics», publicado na revista *American Journal of Sociology*.

⁽²⁴⁾ A distinção serve a Ward de preâmbulo para uma reflexão focada na eugenia positiva.

até 1879, é prioritariamente louvada por CLAPPERTON como «experiência bem-sucedida da prática do controlo voluntário da reprodução sexual durante 30 anos» (1904, p. 108)⁽²⁵⁾. Noyes, que acreditava na superioridade da sua linhagem, programou e geriu ao mais mínimo pormenor um sistema inaugural de relações entre homens, mulheres e crianças, decretando a não exclusividade das relações sexuais⁽²⁶⁾ e o extremo cuidado e orientação com que os nascidos na Oneida deviam ser educados. Coabitavam num espaço físico com variadas zonas comuns, de atmosfera desejada saudável, com alimentação regrada e muito exercício. Noyes aspirava ao cultivo do despojamento da propriedade privada e da erradicação da mentalidade egoísta, num apuramento de qualidades em que o funcionamento filtrado da reprodução tinha de ser assegurado (MCGEE, 1891, p. 320).

Clapperton discordava de Galton no modo de ver o celibato, que então era sinónimo de abstinência sexual⁽²⁷⁾. Tomar o celibato como

⁽²⁵⁾ Outras tentativas de novas formas de organização social e industrial, segundo os princípios da liberdade e união fraterna, são referidas por CLAPPERTON, desde logo os «experimentos» de Robert Owen (1771–1858) — com New Lanark, na Escócia, e New Harmony, nos Estados Unidos da América, ambas contra a degradação social e moral —, que ela salda como positivos para a «elevação das massas» (1885, pp. 235–239). Menciona também a Ralahine Co-operative Association and Farm, fundada por Thomas Craig, em 1831, instituída com base nos princípios, inspirados em Owen, de autodisciplina, tratamento fraterno, educação de crianças sem castigos ou com recurso ao estímulo, considerado artificial, da recompensa (*ibidem*). Cabe também nesta galeria o caso, que Clapperton foca, do colégio criado pelo filantropista E. V. Fellenberg, em Hofwyl (Suíça), uma escola em sistema de autogoverno que se tornou, de acordo com a autora, numa referência em três aspetos: felicidade dos estudantes; ordem e disciplina da escola; desenvolvimento do autocontrolo individual (*ibidem*, pp. 203–204).

⁽²⁶⁾ Os casais eram selecionados tendo principalmente em conta o que os comités consideravam ser as melhores compatibilidades; os homens tinham a principal responsabilidade no controlo da natalidade, já que o método anticoncecional preconizado por Noyes consistia em ter relações sexuais sem ejaculação masculina (CARDEN, 1998).

⁽²⁷⁾ Ao mesmo tempo, CLAPPERTON aprova as raparigas de Esparta, que, por se saberem doentes, se autoexcluíam do casamento, em nome do vigor e do estado saudável da sua comunidade (1885, pp. 314–315).

técnica preventiva e contentora da propagação de distúrbios físicos ou mentais, que Galton subscreveu, era uma situação imoral e ofensiva ao direito de homens e mulheres lidarem com o «apetite sexual», tendo simultaneamente, defende ela, de o saber regular devidamente (CLAPPERTON, 1904, p. 105). Até porque, acrescenta ainda Clapperton, a relação entre o casamento e ter filhos não é «integral» nem «essencial», ao contrário do que estipularam, em tantos séculos, os hábitos e as convenções sociais (*ibidem*, pp. 149–150). O casamento, segundo ela, era um assunto privado, que respeitava unicamente aos cônjuges, cujos princípios éticos explicariam a possível escolha de não ter filhos⁽²⁸⁾. Já a reprodução sexual constituía, de acordo com Clapperton, uma matéria pública, do interesse de todos, por afetar a comunidade e existir a forte necessidade e interesse do Estado, esse «cuidadoso guardião do sangue congénito das gerações futuras», de regular esta questão (*ibidem*, p. 130). Em *A Vision of the Future*, Clapperton admite a eventualidade de os «controlos científicos da conceção»⁽²⁹⁾, cuja disseminação referia ter crescido no Reino Unido nos últimos 20 anos, serem adotados por via de algum enquadramento legal (*ibidem*, p. 109), de modo que as «massas» limitassem também o número de filhos. Independentemente das medidas específicas definidas pelo Estado, este precisava de ponderar e intervir em áreas que continham tanto um dilema quanto um gasto «inconcebível» de esforço por parte de seres racionais: por exemplo, a procura da diminuição da taxa de mortalidade daqueles cuja vida se perpetuou apenas por via da filantropia e da benevolência das organizações dadas à caridade (*ibidem*, p. 91).

A receção da ciência eugénica em Portugal data, segundo Ana Leonor Pereira, de finais do século XIX, formando-se então um pensamento português sobre a eugenia que toma como modelo preferencial a França, refletindo a mesma tendência para a subordinação da eugenia à higiene científica (PEREIRA, 2001, p. 551). A preocupação maior daqueles que em Portugal começaram por debater a eugenia,

⁽²⁸⁾ «Love is left free from coercive control in the sphere of individual life» (CLAPPERTON, 1904, p. 113).

⁽²⁹⁾ No texto original: «scientific checks to conception».

de escritores a cientistas, foi o modo de lidar com a reprodução de indivíduos portadores de patologias adquiridas e transmissíveis. Dada a predominância deste tópico, foram advogadas medidas como a inspeção médica antes do casamento e o impedimento de matrimónio perante risco de transmissão de patologias.

Médicos como António Maria de Sena (1845–1890), considerado o primeiro grande psiquiatra português, admitiam uma eugenia negativa, de efeitos considerados imediatos. Deste modo, para «criminosos natos» ou sem correção, propunha-se a aplicação de pena de prisão perpétua; para pessoas portadoras de variadas doenças contagiosas ou hereditárias, incluindo distúrbios mentais, apontava-se o confinamento no hospital, com a proibição de ter relações sexuais. A esterilização foi objeto da reflexão e condenação do médico Miguel Bombarda (1851–1910), que se manifestou contra a proibição da união matrimonial baseada em motivos patológicos, tendo elaborado um «livrete de casamento». Apenas o neurologista Egas Moniz (1874–1955) defendeu a esterilização como medida de erradicação da hereditariedade mórbida, se bem que circunscrita a casos acompanhados em clínica; Moniz introduziu também o argumento eugénico como fundamento da instituição do divórcio (*idem, ibidem*, p. 552). É de frisar ainda que o tema esteve ausente das primeiras intervenções de feministas em Portugal, contribuindo a separação entre republicanismo, legalismo e sufrágismo para dificultar as aproximações entre umas e outros (FREIRE e LOUSADA, 1982, p. 1390)⁽³⁰⁾.

⁽³⁰⁾ Neste sintético relance sobre a receção da ciência eugénica em Portugal, é de notar ainda a falta de interesse do regime salazarista, segundo Irene Pimentel, em acolher medidas de eugenia positiva, delegando as tarefas assistenciais na Igreja, caucionando a não intervenção do Estado nestas áreas (PIMENTEL, 1998). No que diz respeito aos colóquios integrados no Congresso do Mundo Português, em 1940, verificou-se na maioria das participações a defesa de posições eugenistas, as quais denotavam preocupações com o melhoramento dos atributos da «raça» portuguesa (MATOS, 2010, p. 97). Para a história do movimento do neomalthusianismo a partir da experiência dos anarquistas que viveram em Portugal na primeira metade do século xx, ver compilação de textos organizada por FREIRE e LOUSADA (2012).

Retomando o panorama inglês, importa notar que *Scientific Meliorism* é publicado oito anos depois da criação da Liga Malthusiana, uma entidade empenhada na educação do público em geral para o planeamento da natalidade, promovendo a disseminação de informação sobre métodos anticoncecionais e o combate à pobreza. Também Clapperton, com o seu primeiro livro, vem corroborar a perceção da hereditariedade como um processo racionalmente controlável e já não como um fenómeno isento de gestão, por assim ser considerado potencialmente disseminador de *evil stock* e fonte permanente de deterioração social e pobreza. De novo, reafirma-se a finalidade do bem-estar coletivo, perseguido à luz da ética e da educação que mulheres e homens precisavam de receber desde os primeiros anos de vida. Trata-se da segunda mais sólida fundação da reviravolta racional queurgia, em nome da humanidade como um lugar bom e feliz: a educação. Uma força civilizacional capaz de moldar as pessoas, desde muito cedo, a perseguirem tanto os seus direitos como os dos outros.

A educação e a casa como oficinas de boas qualidades

CLAPPERTON considerou a educação «o segundo grande fator humano na evolução do homem», colocando-a na dependência dos «mais altos termos do conhecimento sólido e da aplicação desse conhecimento pelos homens e pelas mulheres» (1904, p. 237). Asseguradas as bases genéticas sem sombra de *evil*, como resultado da reprodução bem orientada e planeada, seguia-se, para os nascidos «aptos», o tempo de adaptação racional aos vários contextos e ambientes, um processo de crescimento cuja finalidade maior era ajudar à «elevação da humanidade». A educação torna-se, assim, sinónimo de um cuidadoso e paciente trabalho de moldagem da natureza social do indivíduo; este trabalho, que resultará tanto melhor havendo matéria-prima de qualidade, ou seja, existindo boas fundações genéticas, reveste-se do maior mérito quando culmina em homens e mulheres de carácter nobre. A educação extravasa amplamente os domínios do ensino e da escolaridade, demarca-se até deles, para passar a abranger as variadas esferas do que Clapperton apelida de

a «órbita» juvenil, composta pela casa de família, creche, espaços da natureza e, só mais tarde, nos anos da adolescência, a escola secundária e a universidade. Vista do presente, a projeção que daqui resulta poderá eventualmente soar idílica, por isso de novo importa reafirmar as concepções em que assenta. Por um lado, baseia-se no inconformismo de CLAPPERTON perante o mal-estar social e mesmo a falta de «comunhão genuína de sentimentos» que via atravessar muitas casas e famílias de distintas classes sociais (1885, pp. 219–244); por outro, apoia-se na crença da autora na construção de uma humanidade feliz com os instrumentos facultados pela ciência, a começar pela «seleção inteligente».

No princípio e no fim será a casa, Clapperton podia ter escrito. A casa é, para ela, o universo eleito de aprendizagem das humanidades, com a sua potencial «atmosfera de afeto e vibrando em variadas atividades» (CLAPPERTON, 1904, p. 250). Uma autêntica oficina de qualidades, impermeável às influências malélicas, é assim que mais se apresenta o desejado cenário da casa familiar. O acento na relevância dos ambientes domésticos deriva de propiciarem o hábito e o treino dos mais jovens no desempenho de tarefas úteis aos outros, que os preparam para uma vida autónoma e mesmo para papéis de futuros cuidadores. CLAPPERTON pretendia, com esta visão da casa desejável, contrariar a tendência que verificava na educação em geral para menosprezar o trabalho útil, bem como a ideia, segundo ela acentuada pelas discrepâncias entre ricos e pobres, de que a maior dignidade consistia em ser servido por outros e ter meios para os contratar e explorar (*ibidem*, pp. 241–242). Em casa, escreve Clapperton, havia todo o benefício e vantagem em ajudar e colaborar em tarefas de arrumação e limpeza e, desse modo, treinar simultaneamente a vista, a destreza manual e as faculdades mentais.

Sem negar o sistema escolar, acreditava que o «futuro da nação» se decidia largamente na «vida de casa da nossa gente» (*ibidem*, p. 244). Assim, entendia que as mulheres educadas podiam desempenhar um papel especial, por serem capazes de influenciar o seu círculo. Por seu lado, as mulheres pobres precisavam, desde logo, de ter casas com as devidas condições, de onde não fosse preciso fugir logo que chegava o sol e o calor, como faziam as crianças e os jovens mais

pobres, em debanda para a rua, sequiosos de espaço e expondo-se lá fora a variados perigos e distúrbios (CLAPPERTON, 1885, pp. 57–58); se também estas mulheres não pudessem envolver as suas crianças na vida doméstica, o Estado social não seria integralmente melhorado. Mas antes da casa familiar, o funcionamento da creche tinha muito em que ser mudado, desde logo no referente à formação das cuidadoras, porque eram mulheres sem competência para o papel, principalmente por terem sido educadas por uma autoridade «arcaica», o que as tornava inaptas na tão difícil e tão imprescindível tarefa de distribuir direitos e cultivar o sentimento de justiça entre crianças (*idem, ibidem*, pp. 198–200; *idem*, 1904, pp. 190–192).

Depois de formados rapazes e raparigas com personalidades nobres, em casa, sob a luz ampla e afetuosa do exemplo, os jovens poderiam, por volta dos 16 anos, entrar na escola secundária e na universidade. Clapperton encara os métodos formais de ensino como objeto de um debate em aberto, valorizando o relevo que os *nature-studies* estavam a adquirir, como refere, nos currículos de escolas públicas na América. Ante o foco predominante no ensino da gramática, história, geografia ou aritmética, mais salientava o interesse dos movimentos defensores de tempo consagrado à vivência e ao estudo da natureza, no campo ou à beira-mar, com as crianças e os jovens livres para observar essa natureza ao sabor do impulso e da curiosidade, na companhia de instrutores atentos. Para Clapperton, tratava-se de momentos de aprendizagem mais valiosos do que semanas de aprendizagem livresca limitada por quatro paredes. Além do mais, tal convivência próxima com a natureza estava em consonância com as descobertas científicas do século em que Clapperton escreve; estudar a natureza era, como ela escreve, a estrada mais direta para o progresso material (1904, p. 238). Discorda da tendência maciça, que observava, de enviar rapazes e raparigas para escolas secundárias e colégios, em vez de se aperfeiçoarem nas possibilidades educativas dos ambientes domésticos e dos cenários naturais, familiarizando-se com o seu funcionamento. Embora afirme acreditar que o movimento em favor da educação secundária e superior da mulher representava um avanço civilizacional, Clapperton critica que também as raparigas fossem enviadas para escolas secundárias e colégios, num mecanismo

ditado pela moda. Reconhece que nesses contextos elas podiam ganhar em refinamento e conhecimento do grego, do latim e da alta-cultura; mas o que parecia continuar a motivá-las mais era a busca de futilidades e pequenos prazeres (*ibidem*, p. 248).

São críticas que se entendem melhor tendo em conta que Clapperton confere importância primordial à convivência entre os dois sexos desde muito cedo, por beneficiar as mulheres e também os homens e, ao mesmo tempo, melhorar a sociedade. Em jogo estava, novamente, o princípio de o bem de uma parte concorrer para a felicidade do todo. O progresso, notava ela, depende da união mental, emocional e espiritual dos sexos, mas simultaneamente observa que várias fações do movimento de emancipação das mulheres se revelavam desatentas a tão fundamental necessidade. Alguns reformadores, considera Clapperton, encaravam o acesso das mulheres à escola secundária e universitária como poderoso fator de união dos dois sexos, isto por o ambiente escolar proporcionar a partilha de interesses em matéria de cultura (*ibidem*, p. 262). Mas tal teria pouco proveito se antes rapazes e raparigas não tivessem sido educados em conjunto; e aí, adianta Clapperton, revelava-se muito frutuoso o desporto ao ar livre, incentivando gostos comuns e dando mais liberdade social às raparigas do que estavam acostumadas. Em *Scientific Meliorism*, CLAPPERTON tinha apontado os efeitos desfavoráveis da grande diferença de liberdade e autonomia na juventude de rapazes e raparigas, com os primeiros a dominar as segundas logo no ritual da dança; já a patinagem, livre de tantas etiquetas e praticada a céu aberto, descontraía as regras e deixava os dois sexos mais par a par (1885, pp. 152–153). E novamente a sua atenção se voltava para os constrangimentos vividos pela maioria das mulheres trabalhadoras, sem tempo de recreio, no qual o desporto e a «vibração do sentimento social» nunca eram treinados (CLAPPERTON, 1904, p. 263).

Em casa, insiste sempre Jane Clapperton, germina-se o carácter, a atitude humanitária e até o instinto maternal. Este era possível de ser experimentado por todos os seres humanos, como pode concluir-se das reflexões sobre o modo como Harriet Martineau acolheu, aos nove anos, o nascimento de uma irmã, numa família de oito irmãos. CLAPPERTON recupera as lembranças de Martineau, relatadas

em *Household Education* (1848), para começar por realçar a importância que considera ser dada por aquela autora a uma casa «plena e satisfatória» (1885, p. 357) no desenvolvimento de sentimentos e, através destes, do carácter. Uma mulher de «reflexão calma», como Clapperton descreve Martineau, era capaz, na sua opinião, de recordar e pesar as impressões da sua própria infância, conseguindo distinguir naquele episódio uma forte influência educacional.

Pelas palavras de Martineau citadas por Clapperton, percebe-se que o acompanhamento dos primeiros anos de vida daquela irmã foi vivido num estado de contentamento alvoroçado e curiosidade cheia de interrogações interiores; um estado mais compreensível sendo Harriet uma criança muito tímida e com dificuldades auditivas e, logo, com redobrado espírito de observação⁽³¹⁾. Várias vezes por dia, dava por si a agradecer a entidades divinas tê-la permitido ver o crescimento de um ser humano desde o seu começo (CLAPPERTON, *ibidem*, loc. cit.). Ao mirar a irmã no berçário, chegara a recear que ela não fosse capaz de falar:

Quando pensava em todas as árvores e plantas e todas as estrelas e todas as faces humanas que ela teria de fixar, já para não falar das lições, eu ficava terrivelmente oprimida e quase chegava a desejar que ela não tivesse nascido. Veio depois o alívio de descobrir que o caminhar chegou por si, por passos; e depois o falar veio por si, palavra a palavra. (*Idem, ibidem*)

Reteve, então, a «lição» de que existia sempre um caminho a abrir-se defronte dos humanos, por mais medos que rodeassem

⁽³¹⁾ A família, da classe média, descendia de huguenotes franceses. Na adolescência, Harriet deixou de poder ouvir e esta perda conta-se entre outros problemas que a vida cedo lhe trouxe, como, aos 27 anos, a derrocada de empresas familiares e o consequente declínio de rendimento e estatuto social (DEEGAN, 2003). A dupla inferioridade que representava, no século XIX, ser mulher e ser deficiente foi revertida numa especial capacidade para observar desapaixonadamente o mundo, com a ajuda de uma trombeta acústica de que dependia e de um telescópio. Neste dimensionamento dos instrumentos à sua medida, alguns autores detetam a criação de uma figura «ciborgue» (MANN e ROGERS, 2011).

o futuro vislumbrado; os poderes dos homens e das mulheres superavam o desespero, sempre de acordo com «as leis da natureza».

O «instinto maternal» que CLAPPERTON observava em Harriet Martineau significava, principalmente, o «sentimento altruísta da ansiedade com o bem-estar e a felicidade de uma outra pessoa» (*ibidem*, p. 358). As capacidades de observação e reflexão de Harriet tinham sido despertadas, ganhara uma valiosa experiência e todo esse movimento fora desencadeado pelo amor por uma criança recém-nascida. No olhar de Clapperton, fora assim que Harriet Martineau aprendera as suas «humanidades». E não eram as humanidades em sentido «académico», mas sim no «verdadeiro sentido», ou seja, correspondiam ao «carácter», cujo crescimento era um dos grandes objetivos da educação. A formação em humanidades não tinha lugar exclusivo nos colégios e universidades, do mesmo modo que o denominado instinto maternal não habitava obrigatoria e exclusivamente as mulheres e as meninas.

Podia haver, pois, grupos familiares não convencionais e também neste tópico George Eliot compunha quadros inspiradores. Fixe-se, entre outros exemplos possíveis, em *Silas Marner*⁽³²⁾, a invulgar família constituída pelo tecelão Silas Marner e a filha adotada. Aos dois anos, a criança — filha de mãe encontrada morta e de pai revelado apenas aos leitores, por muitas páginas — é subitamente conduzida à casa onde o tecelão vivia, até aí sempre sozinho, às voltas com o seu tear, o seu trabalho e a sua dor. Silas, celibatário e homem algo rude e distante da comunidade, decide responsabilizar-se por ela e, com a ajuda e conselhos de uma vizinha, alimenta-a, lava-a, veste-a e acompanha-a, além de vigiar os seus passos enquanto trabalha no tear. Tudo num cenário cujo funcionamento questiona a tradicional distribuição de papéis entre homens e mulheres, dando a ver uma masculinidade desconcertante, capaz de cuidar de si e de educar uma

⁽³²⁾ Terceiro romance de George Eliot, publicado em 1861, ano em que celebrou 42 anos e tinha já, entre outros autores, traduzido Feuerbach e Espinosa. O segundo acentuou, tal como as figuras mais fortes dos livros de Eliot se dão conta em momentos-chave, que um ser se expande pela força da alegria e não pelas emoções tristes, as quais travam a potência do agir (Espinosa, 1992 [1677]).

criança. Na atenção protetora do crescimento daquele inesperado ser, e sem haver um laço sanguíneo ditando alguma predestinada (re)união, o «instinto maternal» do homem manifesta-se num processo de reverberação, visível na seguinte passagem, entre outras:

À medida que o espírito da criança [Eppie] ganhava em saber, o dele [Silas Marner] ganhava em recordações; à medida que a vida de Eppie se desenvolvia, a alma do tecelão, tanto tempo entorpecida numa prisão fria e estreita, desenvolvia-se também e, ainda trémula, regressava lentamente a uma plena consciência de si própria. Era uma influência que devia ganhar força a cada novo ano. (ELIOT, 1941 [1861], p. 225)

No discurso de Clapperton, que tanto discute e questiona o sistema de educação e os *loca* fundamentais da formação das humanidades, ressoa como que um pulsar «contracultural», isto por também nas obras da autora ser perceptível algo do movimento da contracultura, produzido na segunda metade da década de 60 do século xx, nos Estados Unidos da América (EUA). Reivindicava novos entendimentos da capacidade humana de experiência e do seu poder de transformação e rejeitava, de maneira radical, as bases da economia capitalista, por ver nela a fonte de sistemas repressores de liberdades individuais. A contracultura defendia a urgência de transformações na economia, ciência, política, cultura, educação, família e sexualidade, em nome de uma salvação individual e coletiva. A «sociedade da abundância» e a «sociedade de consumo»⁽³³⁾ eram, para esta corrente divergente, as molduras hegemónicas que estrangiam a vida dos indivíduos, por os treinar num heroísmo de *self-made man* e *self-made woman*. Tais heróis distinguiam-se pelos capitais que davam mostras de conseguir possuir, acumulando mais uniformização e vazio espiritual do que poder de emancipação⁽³⁴⁾.

⁽³³⁾ Ver GALBRAITH (1984 [1958]), MARCUSE (1964), DEBORD (2010 [1967]) e BAUDRILLARD (2010 [1970]).

⁽³⁴⁾ Se bem que, enquanto a contracultura, na sua diversidade de aspirações e causas, surge ligada pela contestação da validade da mundividência científica convencional (ROSZAK, 1971 [1969]), no pensamento de Clapperton a ciência constitui a alavanca da emancipação.

Em *Scientific Meliorism*, este tema também já espreita, designadamente com a crítica de CLAPPERTON à dominação exercida pela moda e à tendência dos indivíduos para a imitação (1885, p. 231), processo a que também alude a obra *A Teoria da Classe do Lazer* (1899), de Thorstein Veblen (1857–1929), ao focar a sociedade norte-americana no final do século XIX para nela analisar a relação entre o consumo, o ócio e o estatuto social. Clapperton reparava igualmente, entre os mais pobres, na existência de uma mistura de descontentamento e frustração por não poderem possuir objetos de luxo, cuja crescente produção resultava da consolidação das artes industriais e da riqueza nacional e eram destinados à felicidade de poucos, afirmando ela não acreditar nesse modo de felicidade (*ibidem*, pp. 267–268). Como notava, raros eram os que se contentavam apenas com contemplar os objetos que gostariam de poder adquirir. Era o caso de Tommy Traddles, personagem do romance *David Copperfield* (1850), de Charles Dickens (1812–1870). Trabalhador árduo desde a infância, Tommy costumava, às vezes, assistir ao espetáculo noturno das montras, na companhia da esposa, indicando os dois um diamante ou um relógio de ouro que gostariam de poder oferecer-se, regressando a casa satisfeitos e confortados por os ter contemplado (*ibidem*, p. 268). Era uma contenção fortemente oposta a um viver constantemente estimulado e conduzido pela posse de múltiplos e novos objetos com miríades de novas funcionalidades, que o progresso proclamado como vida melhor, mais igualitária e de maior conforto consagrou após a Segunda Guerra Mundial, inicialmente na já referida «sociedade de consumo» e, mais tarde, com outras *nuances*, na «sociedade dos consumidores» (ROCHEFORT, 1995).

Retoma-se o tópico da educação e do papel que homens e mulheres tendiam a desempenhar, por motivos que se relacionavam também com o seu lugar em fases ancestrais das sociedades. Ao analisar amplamente as transformações nas relações de poder entre os sexos a partir do caso da Roma Antiga, Norbert Elias (1897–1990) argumentou que em sociedades guerreiras as diferenças de força física conseguiram ser determinantes, mas a subordinação das mulheres nas sociedades modernas resultava de formas de domínio praticadas

em graus mais complexos e subtis (ELIAS, 1987)⁽³⁵⁾. Clapperton também salienta como o carácter bélico, e a afirmação do mais forte pela capacidade física, tinha cavado uma divisória emocional entre os sexos⁽³⁶⁾. Assim, o egoísmo, nos homens, surgia menos ofensivo, porventura por ser forjado na maior entrega deles à competição e luta pela existência; por sua vez, as mulheres voltaram-se para o «altruísmo especializado» (CLAPPERTON, 1904, pp. 264–265)⁽³⁷⁾. Diz Clapperton que se o movimento para o socialismo industrial constituía o resultado da energia masculina, a mulher e dona de casa tinha de ser a energia do movimento para o socialismo doméstico (*ibidem*, p. 265), embora acrescentasse que no sucesso deste movimento era indispensável a cooperação do homem. Importava era que os dois não chegassem ao casamento como dois estrangeiros que nunca trocaram vocabulário. Urgia que eles e elas convivessem desde a primeira idade nas casas familiares e em outros ambientes, para que na adolescência as personalidades afins se pudessem sintonizar numa «união manifesta em simpatia dual que se tornará na força libertadora do mundo na qual e pela qual a emancipação da mulher será completa» (*ibidem*, p. 266). Para que também o casamento abrisse um espaço de libertação pessoal em vez de repetir a sua marca tradicional: uma relação de sujeição para as mulheres, a maior parte delas saldando-a em infelicidade, mais ou menos encoberta conforme a classe social.

⁽³⁵⁾ Tão subtis que continuam a repetir-se, isto sob a aparentemente atingida igualdade de direitos e oportunidades. Segundo Stephen Mennell, o estudo de Elias, intitulado «The Changing Balance of Power between the Sexes — A Process-Sociological Study: The Example of the Ancient Roman State», corresponde a uma pequena parte sobrevivente de um manuscrito, de mais vasta dimensão, sobre as relações entre os sexos, destruído, de modo inoportuno, em 1971, por uma empregada doméstica de Elias (MENNEL, 1989).

⁽³⁶⁾ Cita Henry Finck (1854–1926) e o seu livro *Primitive Love and Love Stories* (1899).

⁽³⁷⁾ Tal «altruísmo especializado» está entre as mais fortes fundações da ética do cuidado e da responsabilidade, que as mulheres tendem mais a cultivar, segundo a filósofa Carol Gilligan (1936–); por seu lado, os homens desenvolveram mais uma ética da justiça. Uma não é superior à outra, e, por isso, deve haver entre elas complementaridade (GILLIGAN, 1982).

Da sujeição para a libertação: sexualidade, casamento, divórcio

A reconstrução e a remodelação da vida doméstica propostas pelo meliorismo científico apontavam para que em casa os jovens fossem instruídos também em matéria de comportamento sexual, uma missão que Clapperton antevia ser «relativamente fácil» (*ibidem*, p. 145). No seu olhar, a omissão e repressão da sexualidade semeavam só infelicidade. Como se viu anteriormente, mesmo como técnica contracepcional, e em nome do controlo da população e da qualidade genética da raça, a abstinência sexual era injusta; por outro lado, a sexualidade não era redutível à reprodução, à experiência de ter filhos. O programa clappertoniano contém, pois, um louvor aberto da sexualidade em si e do conhecimento do corpo, bem como o apelo à mudança de comportamentos e valores relacionados com a instituição do casamento, problematizando as bases da relação monogâmica: a permanência e a exclusividade (CLAPPERTON, 1885, p. 321; *idem*, 1904, pp. 111–143). Nas várias peças que compõem a teoria de Clapperton, observa-se a persistente convicção de que a condição primordial de felicidade habitava no poder de homens e mulheres, intelectual e moralmente iguais e livres, formarem relações íntimas e duradouras uns com os outros, do mais variado carácter (LENG, 2011, p. 223^[38]).

Desde o seu primeiro livro alertava para os benefícios de as raparigas, chegada a puberdade, descobrirem o corpo e estimularem os órgãos sexuais (CLAPPERTON, 1885, p. 321), quase um prolongamento dos *nature-studies*, mas com um ganho muito concreto para a sua vida sensorial e relacional: o de lhes proporcionar a preparação para a vivência da relação sexual no casamento, sendo nesta modalidade que as relações íntimas surgem predominantemente emolduradas no pensamento de Clapperton. O adiamento da ligação matrimonial, como método preventivo do aumento populacional, era portador de infelicidade; melhor era casar-se cedo, desenhando um quadro harmonioso dos esposos jovens, que se educam conjuntamente para

⁽³⁸⁾ Cita «Miss Jane Hume Clapperton, Authoress», *Women's Penny Paper* 35, 1989: p. 1.

melhor saberem lidar com as eventuais responsabilidades familiares que vão assumir (*idem, ibidem*, p. 307).

O casamento, não se restringindo a uma modalidade obrigatória para a vivência da intimidade, é bem-visto por Clapperton desde que fosse profundamente remodelado na sua arquitetura. Em primeiro lugar, precisava de se fundar não na transação comercial, a alavanca mais recorrente a mover a união matrimonial, mas sim no amor, a única fundação verdadeira que ela encontra para esta parceria (CLAPPERTON, 1904, p. 305). O predominante «casamento mercenário» tinha colocado a mulher perante o marido como mera propriedade, e a evidência desse vínculo estava nas condições em que o divórcio legal era permitido: não por causa de falta de afeto ou por incompatibilidade, mas antes quando havia prova de adultério, em que a terceira parte podia ser compelida a compensar financeiramente o marido; já se o adultério era praticado pelo marido, a indemnização da mulher não estava prevista. O casamento, afirmava CLAPPERTON, era uma daquelas instituições que tinham sempre servido mais a vida do que a felicidade (*ibidem*, p. 131), colocando as mulheres numa relação de sujeição na qual iam pairando como que numa hipnose. Mas no tempo em que escreve Clapperton, em que se reivindicava a igualdade de direitos, incluindo o acesso ao divórcio e ao voto, ela dizia ser altura de as mulheres despertarem do torpor e da hipnose impostos por muitas eras de completa sujeição ao homem (MONTEFIORE, 1905). Denunciava a máscara que a sociedade britânica tão diligentemente usava, ao ensinar aos mais novos a doutrina puritana, enquanto, por outro lado, consentia nos casamentos movidos somente pelo dinheiro e os fomentava (CLAPPERTON, 1904, p. 147). E congratulava-se por sentir à sua volta uma irradiação de revolta quanto ao que apelidava de «atitude mental não científica», encobrindo o instinto sexual com um «desdém hipócrita» (*ibidem*, pp. 102–103). O «apetite sexual»⁽³⁹⁾ deveria ser, segundo ela, cultivado responsavelmente em vez de retraído ou abafado, com os seres humanos a conseguirem expressar-se sexualmente de forma desassombrada, sem temor. Tome-se aqui

⁽³⁹⁾ Expressão que Clapperton emprega e haveria, cada vez mais, de dar lugar a «desejo sexual».

a alegoria sobre «apetite» contida no romance *Silas Marner*, atrás citado. Fala a narradora Eliot:

[...] o campo da sua imaginação [a dos «homens estreitamente dominados pelas primeiras necessidades»] está quase vazio de imagens que alimentem os desejos e as esperanças, ao passo que se encontra inteiramente dominado por recordações que são um perpétuo pasto para o temor. «Apetece-lhe comer alguma coisa que lhe agrade ao paladar?» perguntei um dia a um velho camponês, na sua derradeira doença, e que recusava todos os alimentos que a mulher lhe apresentava. «Não», respondeu ele, «nunca me habituei senão à alimentação ordinária, e já não a posso tomar». O seu género de vida não fizera nascer nele desejo algum capaz de evocar o fantasma do apetite. (ELIOT, 1941 [1861], p. 16)

Comparativamente com o que expusera em 1885, em *Scientific Meliorism*, a reflexão de Clapperton em *A Vision of the Future* sobre as bases da monogamia mostra-se mais aprofundada. Entre as perguntas com que envolve os leitores, lança a seguinte: «Deveríamos considerar a permanência e a exclusividade elementos essenciais na união sexual e mais adequados à humanidade na época presente?» (1904, pp. 138–139). Sobre a primeira, ela entendia que se afigurava valiosa para fortalecer o laço amoroso; contudo, se este se desfazia, a permanência do vínculo matrimonial tornava-se irracional, tal como os efeitos colaterais do costume: miséria privada e desordem pública. Além do mais, Clapperton repara que as condições financeiras e sociais da época, conjugadas com aquilo a que hoje se chamaria «estilos de vida», tornavam muito raras as hipóteses de uma pessoa conhecer e se unir ao seu «true life companion». Daí a importância, para todas as classes sociais, do recurso ao divórcio, quer para dissolver matrimónios artificiais quer para possibilitar outros casamentos. Numa perspetiva da lei do divórcio em diversos países, destaca o estado mais avançado, ao tempo, da Alemanha, Suíça e EUA (CLAPPERTON, 1885, p. 319), a contrastar com a situação limitada da Inglaterra. Se havia uma justa definição de «ideal de casamento civilizado», Clapperton descobrira-a no livro que John Stuart Mill (1806–1873) publicara em 1869, *A Sujeição das Mulheres* (*idem, ibidem*, p. 305). O casamento, afirmava Mill, devia ser como uma sociedade na qual ambos os associados

detêm igual poder de decisão, sendo acordados entre eles os direitos, os deveres e as funções de cada um.

Quanto à exclusividade, o outro pilar tradicional da relação monogâmica, Clapperton encara-a mais como um fator de estreitamento e de restrição de sentimentos pessoais do que como uma extensão do amor. A sua posição é simultaneamente de abertura e reserva, levantando uma questão significativa cuja resposta conscientemente limitada faz depender do estado ainda prematuro da libertação sexual das mulheres:

Quando a mulher ganhar a sua liberdade e não for mais, em quaisquer circunstâncias, dependente e escrava do homem, mas sim a sua amiga e camarada na batalha da vida, será que ela refreará a expressão física do sexo-amor, respondendo já sem medo a todos os ternos laços que a unem com o sexo oposto? Uma resposta dogmática, no presente, é impossível. Pessoalmente, os meus instintos — tanto quanto os conheço — concordam com o dito de Herbert Spencer: a forma última de relação sexual será monogâmica; mas reconheço as minhas próprias limitações. Uma vez que as mulheres da minha geração são filhas de escravas, dificultadas por dentro e por fora por sobreviventes de uma época de sujeição sexual em que a dominação do homem impôs à mulher uma castidade que ele repudiava para si, o ponto de vista a partir do qual o ser libertado do futuro decidirá a sua moralidade sexual não está no centro da minha apreensão. (CLAPPERTON, 1904, p. 141; tradução nossa)

Mary Wollstonecraft, considerada a principal autora da primeira vaga de feminismos⁽⁴⁰⁾, tinha já discutido, no final do século XVIII, a

(40) Corresponde a uma fase designada feminismo iluminista, caracterizando-se pela defesa do reconhecimento da igualdade de inteligência das mulheres e do seu direito à educação (VALCÁRCEL, 2008).

Um anterior conjunto de vozes femininas tinha já pensado a difícil existência da mulher na sociedade. Foi o caso da francesa Cristina de Pisano (1364–1430), a primeira mulher a viver do trabalho da sua escrita, prosa e poesia, por encomenda. Neste núcleo embrionário que abordou o estatuto inferior das mulheres, inscrevem-se também a italiana Modesta di Pozzo (1555–1592) e a inglesa Mary Astell (1666–1731) (KING, 1994 [1991], pp. 226–228). E mesmo que Pisano revelasse nas suas obras perspetivas ambivalentes sobre o lugar das mulheres, distinguiu-se, e ao contrário da esmagadora maioria de comentadores

moral sexual convencional e o significado da relação de exclusividade em que assentava o casamento. A autora de *Uma Vindicação dos Direitos da Mulher* (1792), texto que constitui a primeira «declaração feminista de independência» (BRODY, 1975, p. 7)⁽⁴¹⁾, chamou a atenção para a inoportunidade de chamar «virtuosa» a uma mulher que é fiel ao marido, pelo facto de a sua liberdade de escolha estar inibida pela tirania do casamento. Por outro lado, questionava Wollstonecraft, como condenar uma mulher dita «infel» ao marido quando a sua educação, desde criança, a encorajava e treinava para ser a primeira das *coquettes*? (*idem, ibidem*, pp. 7–65).

Em *Scientific Meliorism*, ao abordar o ambiente tendencialmente sufocante dos lares britânicos, ricos e pobres, Clapperton refere o exemplo da «nobre Mary Wollstonecraft e o seu marido filósofo William Godwin [1756–1836]», pela originalidade que a vida deles em comum representou. Para combinar os feitos opostos, a «extrema sensibilidade e temperamento repentino» (Mary) e uma natureza mais fria (William), os dois estabeleceram ter casas separadas e ter vida social não exclusivamente na companhia um do outro. Também estes dois percecionavam já o carácter «funesto» do desejo de fusão dos seres humanos, em nome do amor⁽⁴²⁾.

A autonomia na relação amorosa não impedia Wollstonecraft de dizer a Godwin, com uma ironia que disfarçava saudade, que «um

renascentistas, por classificar as mulheres de acordo com critérios sociais e não sexuais, ou seja, considerou-as aristocratas, camponesas ou burguesas, em vez de as chamar «virgens», «matronas», «velhas» (*idem, ibidem*, pp. 235–236).

⁽⁴¹⁾ Isto quando o tema dos direitos do homem estava a levar a revolução aos EUA, à França e até a agitar o parlamento inglês.

⁽⁴²⁾ Quando o que importava era, nas palavras da ensaísta Lou Andreas-Salomé (1861–1937), que cada um, em vez de se confundir com o outro, se enraizasse «robustamente num solo particular, a fim de se tornar todo um mundo para o outro» (FERREIRA, 1988, p. 370). Continuando nesta linha, Simone de Beauvoir escreveu, em *O Segundo Sexo*: «reconhecendo-se mutuamente como sujeito, cada um [homem e mulher] permanecerá, entretanto, um *outro* para o outro; a reciprocidade das suas relações não suprimirá os milagres que gera a divisão dos seres humanos em duas categorias separadas: o desejo, a posse, o amor, o sonho, a aventura» (BEAUVOIR, 2008 [1949], pp. 556–557 [itálico no original]).

marido é uma parte conveniente da mobília da casa, a menos que seja uma peça desajeitada» (CLAPPERTON, 1885, p. 240)⁽⁴³⁾. Mas a regra dos casamentos era fazer saber às esposas, mais tarde ou mais cedo, como um marido podia ser o móvel mais pesado da casa. Não que o contrário fosse impossível, mas as normas do matrimónio colocavam a mulher como a figura dependente e subjugada. Uma das que o souberam foi Helen Alving, personagem da peça *Espectros* (*Ghosts*), que Henrik Ibsen (1828–1906) publicou em 1881. Não se sabe se Clapperton terá assistido, em 13 de março de 1891, à estreia da peça em Londres. Mas leu uma crítica teatral e citou-a entusiasticamente, porque o crítico descortinou na peça o «sonho da revolta — a revolta da “alegria da vida” contra a obscuridade da rigidez, a moralidade convencional [...] a revolta do indivíduo contra a opressão e o preconceito social» (CLAPPERTON, 1904, p. 104). Helen Alving, uma mulher que apenas conseguira terminar um casamento opressor quando o marido morrera, continuando a carregar as dores desse matrimónio, mantido em nome do filho, portador de sífilis herdada do pai e que chega a pedir ajuda à mãe para morrer. Helen inverte os papéis estipulados para as mulheres, levanta a voz. Passado tanto tempo, ela fala como juíza do marido, desobedecendo ao mandamento religioso e, assim, descobrindo a mentira de 19 anos de conjugalidade. É uma catarse que não a livra de continuar a observar, por todo o lado, fantasmas. Helen vê-os a «povoar este país todo, espectros por toda a parte... como grãos de areia numa praia, acho eu. E depois nós, todos nós a viver com um lastimável medo da luz» (IBSEN, 2008 [1881], p. 171).

Das peças de Ibsen, o também dramaturgo Arthur Miller (1915–2005) disse que transportam, como as tragédias gregas, o tema das «transgressões do passado que se transformam nas sementes da catástrofe presente» e que na estrutura dos textos ibsenianos se trata «de tudo encaixar, como num organismo natural, num ser humano,

⁽⁴³⁾ Casaram-se em 1797, cinco meses antes do nascimento da filha Mary (Mary Shelley, escritora), gerando o protesto geral dos mais próximos, pois «a vida privada daqueles dois era demasiado pública para que esta história fosse considerada um assunto privado [...] era a União livre que desposava o Pensamento radical» (BERNHEIM, 2014, p. 18).

por exemplo, ou numa rosa» (IBSEN, 2008). Associando sexo, pureza e flor, esta visão de Henry David Thoreau é exaltada por CLAPPERTON: «para quem o sexo for impuro, não existem flores na natureza» (1904, p. 104). Na ligação antevista e desejada por Clapperton entre sexualidade, relações de intimidade e casamento, esvaziava-se, pois, a prostituição. O aluguer momentâneo de um corpo era já uma peça morta, sem encaixe no elemento puro que é o sexo, poderia dizer Clapperton⁽⁴⁴⁾.

Socialismo e comunitarismo, ou o governo do Estado e da casa

Várias iniciativas de Robert Dale Owen (1801–1877), um industrial que lutou permanentemente pela garantia de boas condições de trabalho e pela proteção das crianças nesse universo, e um socialista utópico que influenciou Karl Marx (1818–1883), são abordadas em *Scientific Meliorism*, sendo sempre louvada a sua intervenção como reformador. Mas quanto ao «socialismo como remédio», CLAPPERTON afirma nada ter que ver com tal ideia; importava-lhe, sim, «mostrar tão vastas e reais são as queixas, os males e as misérias nos quais o argumento do socialismo está baseado» (1885, p. 36 [itálico no original]). Em 1885, escrevia que o «socialismo do Estado pode ser tentado [...] mas nunca vingará» (*ibidem*, p. 249).

Quase 20 anos depois da publicação do primeiro livro, a receção descrente do «socialismo do Estado» transforma-se em adesão explícita, quando atribui ao Estado e ao governo não só as capacidades de gestão e organização social mas também a defesa do socialismo. Tal é particularmente saliente no segundo capítulo de *A Vision of the Future*, em que cita diversas fontes da Sociedade Fabiana sobre, entre outras matérias, a desigual distribuição da riqueza e a concentração da propriedade. A Sociedade Fabiana fora criada em 1884, e o trabalho desde então desenvolvido pela instituição, de que Clapperton foi

⁽⁴⁴⁾ Sobre o tema da prostituição, encarada como aluguer do corpo, e ainda sobre a sua relação com a noção de «intimidade», veja-se CARMO e FRÁGUAS (2003) e MACLAINE (1970).

próxima, como se verá adiante, pode ter influenciado também o seu pensamento, refletindo *A Vision of the Future* o que tudo indica ser a maior socialização política de Clapperton no período subsequente ao lançamento de *Scientific Meliorism*.

A autora discorre agora num registo próximo do de oradora parlamentar⁽⁴⁵⁾, convocando frequentemente os dados de relatórios e diagnósticos para melhor sustentar as suas opiniões. O Estado é equiparado a um «salvador», devendo ser incumbido da nacionalização das terras, da gestão de vários tipos de propriedade e de diversos serviços, como os transportes, para que a competição e o monopólio no sector industrial não acentuassem mais o desfasamento entre ricos e pobres. A existir filantropia, Clapperton considera que é o Estado que a deve praticar, aperfeiçoando as reformas legislativas de maneira gradual e evitando a transformação social pela revolução. Tratando-se de uma matéria pública e do interesse de todos, também o controlo da reprodução sexual poderia vir a ser regulado pelo Estado, «cuidadoso guardião do sangue congénito das gerações futuras» (CLAPPERTON, 1904, p. 130)⁽⁴⁶⁾.

O socialismo estava para o Estado como o comunitarismo para a organização e o governo da casa, também ela tão necessitada de reforma, no entender de Clapperton, para mais tratando-se de um contexto tão vital para a educação. O maior cuidado que se verificava com o controlo dos nascimentos e a entrada das mulheres no mundo do trabalho tinha mudado a família na sua antiga estrutura, observava Clapperton. Notava também que a sociedade se mostrava

⁽⁴⁵⁾ CLAPPERTON defende que a extensão da representação parlamentar às mulheres de todas as classes teria resultados positivos (1904, p. 63).

⁽⁴⁶⁾ Em *A Vision of the Future*, Clapperton continua a revelar-se, de modo geral, uma seguidora do pensamento spenceriano, que moldou a sua análise social, segundo o qual o Estado não tem de proteger os mais fracos, por a natureza os ter condenado a perecer. Porém, nesta obra observa-se, sobretudo quando é abordado o governo estatal, uma sondagem, talvez inconsciente, da perspectiva dos que se demarcam do entendimento de Spencer, como Achille Loria (1857–1943), sociólogo positivista, para quem a fraqueza dos malsucedidos na luta social é o resultado do meio económico e social, e não fruto de alguma inferioridade natural (LORIA, 1896, p. 450).

«demasiado materialista» para reconhecer que os seres humanos em fase de envelhecimento físico podem estar bem psicologicamente e ser capazes de «inspirar e promover o progresso»; não eram valorizados nem acarinhados, nem espaço lhes era reservado na concepção das casas (*ibidem*, p. 270). Longe iam também os tempos em que velhos e novos se reuniam na rua e nos jardins nas noites de verão. Algumas mulheres de idade avançada, com atividade intelectual e possuindo recursos económicos, como a cientista Mary Somerville (1780–1872), conseguiam escolher as melhores moradas nos últimos anos e prosseguir vivamente ocupadas e produtivas, mas somavam uma minoria.

A casa, novamente, destacava-se para Clapperton como oficina de boas qualidades, e tanto melhor o seria se fosse remodelada segundo princípios coletivistas. A humanidade, afirmou ela em *A Vision of the Future*, tinha de deixar para trás o «egoísmo individual ou de família aliado a paixões animais que eram puramente antissociais» e «treinar todas as virtudes sociais que distinguem o homem da besta» (*ibidem*, pp. 277–278). Clapperton chega a projetar o cenário em que um grupo de 15 ou 20 elementos, de famílias ou conjuntos de amigos, combina passar do modelo de casas separadas para a coabitação em espaços adaptados à vida partilhada. Descreve o arranjo da habitação ideal e as suas funcionalidades com detalhe, dos quartos às zonas para refeições, os lugares para o estudo, a biblioteca, a sala de fumo, o espaço para a interpretação musical, a sala de jogo para os mais novos, entre outras áreas.

De novo, surge a evocação da Comunidade Oneida e o enaltecimento do seu funcionamento assente na crítica mútua, bem como o louvor de outras boas qualidades do projeto de Noyes, com óbvias ressonâncias no arranjo dos cenários sugeridos por Clapperton⁽⁴⁷⁾. Ela indicava as pioneiras do «movimento *new woman*» como líderes deste sistema de coabitação (*ibidem*, p. 277). A *new woman* do *fin*

⁽⁴⁷⁾ Em 1888, Clapperton publicara *Margaret Dunmore: Or, A Socialist Home*, definindo um modelo comunitário de organização da vida familiar e as regras do seu funcionamento, sob a liderança de duas mulheres, as personagens Margaret Dunmore e Therese Jose.

de siècle, segundo Sally Ledger, tinha emergido em 1894, quando a expressão aparecera em artigos da feminista Sarah Grand (1854–1943) e da novelista Ouida⁽⁴⁸⁾ (1839–1908), e apresentava uma múltipla identidade: a feminista ativista, a reformadora social, a sufragista que compunha peças de teatro, a autora popular de novelas, a poetisa; mas podia igualmente corresponder a uma construção ficcionada (LEDGER, 1997, pp. 1–6). Mais tarde ou mais cedo, a casa do futuro, também ela socialista, retomaria, diz Clapperton, o espírito da casa de família do passado, retratada por Isaac Taylor em *Home Education* (1838): «[...] Não há então [na casa] necessidade daquela cautela, reserva ou desconfiança, as quais no mundo lá fora são salvaguardadas contra a fraude, a ilegalidade e a ferocidade de uns poucos» (CLAPPERTON, 1904, p. 282)⁽⁴⁹⁾.

Ligações institucionais

Jane Hume Clapperton frequentou, apoiou ou foi membro de organizações surgidas no período em que produziu e consolidou a sua teoria e programa melioristas, notando-se nos seus livros o eco dessas ligações e simpatias institucionais (CRAWFORD, 1999; OTTER, 2004). Tal torna-se especialmente perceptível na transição entre *Scientific Meliorism* (1885) e *A Vision of the Future* (1904), observando-se no segundo livro o aprofundar da abordagem, entre outros tópicos, da sexualidade, do casamento e da relação entre homens e mulheres,

⁽⁴⁸⁾ Pseudónimo da escritora Maria Louise Ramé.

⁽⁴⁹⁾ Do mesmo modo, supõe-se que Clapperton acreditava não serem precisas, na casa do futuro, reserva e desconfiança entre homens e mulheres; e que a mais dissimulada ferocidade, que fazia dos humanos muros contra muros, poderia ser vencida pela compreensão e pelo convívio fraterno. Aos 17 anos, Arthur Rimbaud (1854–1891) alinhava já pensamentos que anteviam um horizonte assim: «Quando for quebrada a infinda servidão da mulher, quando ela viver por ela e para ela [...] A mulher penetrará no desconhecido! Os seus mundos de ideias diferirão dos nossos? — Ela achará coisas estranhas, insondáveis, repugnantes, deliciosas; nós tomá-las-emos, nós compreendê-las-emos» (RIMBAUD, 1995 [1871], p. 28).

com a integração de uma nova vaga de autores, entre eles August Bebel (1840–1913), Edward Carpenter (1844–1929) e Havelock Ellis (1859–1939).

Este conjunto de movimentos formava uma corrente ideológica que, a par dos históricos específicos e da heterogeneidade interna das entidades componentes, convergia na defesa da eugenia; do socialismo; dos direitos das mulheres, designadamente ao voto, ao divórcio e à vivência da sexualidade não cingida ao horizonte do contrato matrimonial. Quase todos estes coletivos irradiavam de uma Londres atenta a movimentos congêneres em outros países. Agregavam a elite reformista vitoriana, cruzando cientistas com ecletismo de interesses até figuras pioneiras no estudo da história da sexualidade, passando por escritores, poetas e políticos reformistas. Em consonância com as causas que dinamizavam estas organizações, as mulheres não apenas eram admitidas como podiam desempenhar um papel interventivo, integrando, entre outros tipos de participação, a fundação e a direção. Na época em que tais entidades se formaram, as mulheres ainda não votavam e encontravam aí contextos propícios à sua socialização política.

Instituída em 1877 e vigorando até 1927, a Liga Malthusiana defendia a contraceção e a educação do público em geral para o planeamento familiar como atividades livres e legítimas, considerando que a falta de controlo da natalidade cavava um caminho a direito para a pobreza. O problema estava longe de se resolver com a adoção de medidas como o ascetismo sexual, advogava Jane Hume Clapperton e também Annie Besant (1847–1933), secretária honorária da Liga Malthusiana nos seus primeiros anos⁽⁵⁰⁾. Além de chamar a atenção para a importância da contraceção, a autora de *The Law of Population* (1877) vincava a ideia de que a atividade sexual era

⁽⁵⁰⁾ Teve como primeiros presidentes os físicos Charles Robert Drysdale (1829–1907) e Alice Vickery (1844–1929) (BLAND, 2002). Um traço comum aos coletivos aqui abordados é serem dinamizados por um homem e uma mulher ligados por relação amorosa e intelectual. Além de Charles Drysdale e Alice Vickery, cuja duradoura parceria não passou pelo casamento, veja-se o casal Beatrice e Sidney Webb (Sociedade Fabiana), casados durante mais de 50 anos.

saudável e ao mesmo tempo uma fonte de prazer; a abstinência era uma contrariedade da natureza. Germinava, aqui, a construção do desejo sexual como algo bom e sem razão para evitar, desde que não fosse adulterado por concepções e práticas masculinas desiguais (ERNST, 2006).

No perfil de Karl Pearson (1857–1936), fundador de Mens's and Women's Club (1885–1889), juntava-se um socialista comprometido e um aplicado e devoto discípulo de Darwin e Galton⁽⁵¹⁾ (BROOKE, 2011, p. 21), ainda que na atualidade ressoe, com mais probabilidade, a imagem de um reconhecido matemático e estatístico. Quando lançou esta associação, o que principalmente movia Pearson era criar, para um grupo muito restrito, recrutado entre liberais da classe média, socialistas e feministas, um espaço de discussão de todos os assuntos em torno da relação entre homens e mulheres (amizade, sexualidade, casamento, prostituição), a partir de uma perspetiva histórica e científica (BURDETT, 2001, p. 50). O modo como este círculo foi constituído e os temas eleitos para debate e reflexão conferiram-lhe um estatuto de «intelectualmente exclusivo e socialmente radical» (MAGAREY, 2010, p. xxii), aura alimentada pela Inglaterra no final do período vitoriano, em que era mais pela omissão e pelo silenciamento que aqueles tópicos se notavam.

O apoio de Clapperton à ideia de mudança social como um processo gradual, em vez de assente na revolução, explica em grande parte a sua simpatia pela Sociedade Fabiana⁽⁵²⁾, criada em 1884 e a cujos relatórios e ensaios faz referência em *A Vision of the Future*. A Sociedade Fabiana, que esteve na origem do Partido Trabalhista, em 1900, contribuiu para a intensificação da atividade socialista na década de 1880 e teve como dinamizadores principais Beatrice Webb (1858–1943) e Sidney Webb (1859–1947). Autores de *The History of Trade Unionism* (1894), formaram um par fulcral no desenho e na consolidação do ideário fabiano, reivindicando os princípios do socialismo democrático, da reforma por etapas nas democracias e

⁽⁵¹⁾ Em 1925, criou a publicação *Annals of Eugenics*, entretanto rebatizada *Annals of Human Genetics*.

⁽⁵²⁾ Foi antecédida pela The Fellowship of the New Life.

do papel indispensável do Estado no combate à desigualdade social e à pobreza, entre outras áreas de intervenção. Alguns socialistas fabianos, entre os quais George Bernard Shaw (1856–1950), Annie Besant e Havelock Ellis, apoiaram a eugenia, tendo a relação entre a ciência eugénica e o socialismo assumido algumas correspondências, se bem que sem a complementaridade desejada por alguns⁽⁵³⁾.

Os debates que animavam as organizações acima referidas eram acolhidos por revistas que se situavam na sua órbita e serviam de plataformas de prolongamento e relançamento da discussão de perspectivas sobre a eugenia, a luta contra a pobreza, os direitos das mulheres, o casamento, o divórcio, o socialismo. Destaca-se a *Westminster Review*, por ser evidente o seu papel de referência constante para a leitora e escritora Jane Hume Clapperton. Era dirigida por John Chapman (1821–1894), editor de livros e estudioso de psicologia, cuja assistente Mary Ann Evans (George Eliot), nos primeiros anos do projeto, terá ajudado a angariar a colaboração de Harriet Martineau, Herbert Spencer, John Stuart Mill e Thomas Huxley, cujos artigos são frequentemente citados por Clapperton nos seus livros⁽⁵⁴⁾. Em 1888, ela publicou na *Westminster Review* um artigo sobre o divórcio, em réplica a um texto de Elisabeth Chapman. Clapperton criticava Chapman por, ao mesmo tempo que descrevia

⁽⁵³⁾ Como Eden Paul (1865–1944) (FREEDEN, 2005, p. 170), físico e socialista que foi membro do Partido Trabalhista Independente.

⁽⁵⁴⁾ Mona Caird (1854–1932), ensaísta e escritora escocesa, também colaborou e participou dos debates que tinham lugar na *Westminster Review*. É de assinalar o seu perfil por sinalizar a diversidade de vozes que se exprimiam em torno do tema dos direitos da mulher e da igualdade entre homens e mulheres. Como Clapperton e Besant, Caird defendeu o direito das mulheres a controlar a reprodução e advogou o casamento enquanto contrato livremente constituído entre iguais e dissolúvel de acordo com a vontade dos envolvidos, insurgindo-se contra o matrimónio como sacrifício. Interessada nos debates sobre a evolução e o futuro da raça e também ela adepta da transformação social progressiva, manifestou-se contra a eugenia, alertando para as ameaças de totalitarismo que, na sua opinião, rodeavam os princípios eugénicos, que potencialmente desprotegeriam os direitos dos mais fracos. Opôs-se também à realização, para fins científicos, de experiências com recurso a animais (RICHARDSON, 2003; ROSEMBERG, 2005; SURRIDGE, 2013).

as desigualdades e a infelicidade em muitos casamentos, retroceder perante a óbvia conclusão, segundo Clapperton, de que maridos e mulheres deviam ser capazes de escapar a essas situações através do divórcio (ROSEMBERG, 2005, pp. 131–132). Clapperton aproveitava ainda, neste artigo, para defender as «uniões livres», já que a relação amorosa e vida conjunta de George Eliot⁽⁵⁵⁾ com George Henry Lewes, até à morte deste, também estivera na mira da voz a quem ela respondia. A este propósito, refira-se que a autora de *Scientific Meliorism* patrocinou a organização The Legitimation League, de carácter anarquista e reivindicadora do reconhecimento social do «amor livre» e das crianças nascidas fora do casamento (CRAWFORD, 1999, p. 112; OTTER, 2004).

A socialista e sufragista Dora B. Montefiore (1851–1933), no seu artigo «Jane Hume Clapperton Speaks», de maio de 1905, na revista *New Age*, adianta ainda que Clapperton fora durante alguns anos membro do Partido Trabalhista Independente, grupo de feição socialista, mas nunca se havia identificado ativamente com o *woman movement* (MONTEFIORE, 1905). É uma peça merecedora de especial atenção, por evidenciar a projeção pública de Clapperton e por revelá-la face a um tempo concreto, vendo-se a sua atitude de pensadora independente (LENG, 2011). Tratava-se, naquele número da revista *New Age*, de recolher o seu apelo num momento muito especial para os «verdadeiros reformistas», o do segundo debate, no parlamento inglês, do projeto de lei sobre a Emancipação das Mulheres⁽⁵⁶⁾, que

⁽⁵⁵⁾ Segundo Virginia Woolf, a escolha contra a corrente tomada por Eliot acarretou um custo muito alto para a sua obra. Para se defender do escândalo suscitado na opinião pública, George Eliot retirou-se para uma «clausura suburbana», e a falta de expansão nos seus contactos e experiências de vida impediu que a obra pudesse ter ganho outras direções, isto sem que Woolf lhe negue o valor e força, muito pelo contrário (WOOLF, 1919). Em completo contraste, Woolf aponta o caso de Tolstói (1828–1910), que, pela mesma altura, frequentava homens e mulheres de todas as classes sociais, motivo pelo qual não era alvo de censura «e desta sua experiência retiraram os seus romances muita da sua espantosa força e grandeza» (WOOLF, 1929, p. 181).

⁽⁵⁶⁾ Bill for the Enfranchisement of Women, 12 de maio de 1905.

propunha para elas um lugar no processo eleitoral no mesmo patamar que os homens.

O artigo contém variados extratos em que a voz de Clapperton se reconhece claramente, agora com acentuada agudeza e ironia. Começa por apontar que o *woman movement* perdera o impulso do seu começo e sugere que o entusiasmo e a coragem iniciais se haviam esbatido em nome da procura da «distinção pessoal». Retoma Spencer, agora recuperando a sua observação de que os homens, numa inclinação para a brutalidade, se orgulham não das faculdades e sentimentos que os distinguem como seres humanos, mas mais daquilo que os aproxima do carácter do buldogue. E passa a elogiar as sufragistas pelas suas capacidades. Porém, alerta-as para que não deviam permitir-se ser generosas em partidos que não contemplassem a sua própria causa, bem como trabalhar para candidatos parlamentares que não apoiassem vigorosamente o direito das mulheres ao voto. Procedendo ao contrário, as sufragistas apenas dariam a impressão, no seu olhar, de servir «como cortes políticas para os homens, e vibrarem em torno do limiar das áreas legislativas sorvendo o doce como borboletas sem dever de responsabilidade terrestre!» (MONTEFIORE, 1905).

Jane Hume Clapperton revela-se uma precursora na linhagem de pensadoras da condição da mulher, como Simone de Beauvoir (1908–1986), que procurou, em *O Segundo Sexo* (1949), esboçar um panorama que permitisse «apreender no conjunto do seu condicionamento económico, social e histórico, o “eterno feminino”» (BEAUVOIR, 2008 [1949], p. 409). Ela inscreveu o feminino como algo que vale a pena ser explicado e pensado. Beauvoir, que naquele livro revisita abundantemente as fases da vida das mulheres tal como surgem retratadas em romances, contos, poemas e ensaios, foi pioneira ao formular, com consistência e fôlego, a crítica da cultura patriarcal, vista como «um sistema que conspira em afirmar a soberania masculina». Não podendo restituir em pleno o pensamento sistemático e incisivo de Beauvoir, sintetiza-se dizendo que, de acordo com a filósofa, a cultura patriarcal assenta em dois polos: o masculino, que opera como a norma positiva, e o feminino, o polo negativo, consistindo num reflexo que é sempre resultado do elemento masculino. Numa cultura assim configurada, o feminino é equiparado à sua biologia,

como se a possibilidade de repetição de vida humana contida no corpo das mulheres fosse a «vocaçã» inevitável na definição da sua existência. Tal entendimento dispõe as mulheres numa situação de inferioridade, como a autora mostra no livro citado, em particular no capítulo «A Mãe»:

como no casamento ou no amor, ela [a mulher] entrega a outro o cuidado de lhe justificar a vida, quando a única conduta autêntica consiste em assumi-la livremente. Vimos que a inferioridade da mulher provinha, originalmente, de se ter limitado a repetir a vida, enquanto o homem inventava razões de viver, aos seus olhos mais essenciais do que a pura facticidade da existência; encerrar a mulher na maternidade seria perpetuar essa situação. (BEAUVOIR, 2008 [1949], p. 329)

É possível encontrar ligações também entre as preocupações de Jane Hume Clapperton e Donna Haraway (1944–), cujo pensamento se orienta pela mesma procura de modos de a mulher se libertar das imposições da natureza, destacando-se, a este propósito, a sua obra *Simians, Cyborgs and Women: The Reinvention of Nature* (HARAWAY, 1991^[57]). O conceito de «ciborgue», mistura de máquina e organismo, é proposto por Haraway como símbolo da nova identidade tecnológica, assente no crescente recurso a próteses e formas múltiplas de conjugação e simbiose da carne com o metal e até com o imaterial. Através daquela noção, a autora visa a superação, em seu entender libertária, de dualismos ontológicos da epistemologia iluminista: razão/sentimento, mente/corpo, homem/mulher, cultura/natureza⁽⁵⁸⁾. Rejeita, assim, as tentativas teóricas de constituir uma identidade feminina universal.

Relembrando, uma vez mais, que a época era de «evolução consciente», Jane Hume Clapperton advogava, no artigo antes citado, de 1905, que todas as medidas legislativas não concebidas em conformidade com a lei ética, como as que excluía as mulheres do

⁽⁵⁷⁾ Integra o capítulo «Cyborg Manifesto: Science, Technology and Socialist-Feminism in the Late Twentieth Century», pp. 141–181.

⁽⁵⁸⁾ Ver JÚNIOR e POGREBINSCHI (2010). Alguns autores advertem de que a desconfiança em dicotomias não implica nem exige uma ontologia gnóstica eliminadora de todos os dualismos e binarismos (MARTINS, 2011).

sufrágio, estavam destinadas à falha. Terminava o seu depoimento subscrivendo versos de Robert Browning, no poema *Paracelsus*: «O God, make no more giants, / Elevate the race.» Clapperton poderia igualmente comungar, permitimo-nos antever, da seguinte questão de Bertolt Brecht (1898–1956), no poema «De que serve a bondade»⁽⁵⁹⁾: «De que serve a liberdade / Quando os livres têm que viver entre os não livres?» Como se percebe claramente nos seus escritos, era um dilema que considerava superável. Também Simone de Beauvoir havia de equiparar a liberdade de todos a uma «suprema vitória» alcançável: homens e mulheres só precisavam de afirmar e praticar, sem equívocos, a sua fraternidade (BEAUVOIR, 2008 [1949], p. 557).

Bibliografia

- ANDERSON, Amanda e SHAW, Harry (org.), *A Companion to George Eliot*, Chichester, Wiley-Blackwell, 2016.
- ALLEN, Ann Taylor, *Feminism and Motherhood in Western Europe, 1890–1970: The Maternal Dilemma*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan, 2005.
- ARON, Raymond, *As Etapas do Pensamento Sociológico*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2000.
- BAUDRILLARD, Jean, *A Sociedade de Consumo*, Lisboa, Edições 70, 2010 [1970].
- BEAUVOIR, Simone de, *O Segundo Sexo*, Lisboa, Quetzal, 2008 [1949].
- BERNHEIM, Cathy, *Mary Shelley: Uma Biografia da Autora de Frankenstein*, Lisboa, Antígona, 2014.
- BLAND, Lucy, *Banishing the Beast: Feminism, Sex and Morality*, Londres e Nova Iorque, Tauris Parke Paperbacks, 2002.
- BRECHT, Bertolt, *Poemas e Canções*, Coimbra, Livraria Almedina, 1975.
- BRODY, Miriam, Introduction, in WOLLSTONECRAFT, Mary, *A Vindication of the Rights of Woman*, Londres, Penguin Classics, 1975, pp. 7–72.
- BROOKE, Stephen, *Sexual Politics: Sexuality, Family Planning, and the British Left from the 1880s to the Present Day*, Oxford, Oxford University Press, 2011.

⁽⁵⁹⁾ BRECHT (1975, p. 204). No mesmo poema, Brecht deixou apelos em tom cru, como este: «Em vez de serdes só livres, esforçai-vos / Por criar uma situação que a todos liberte / E também o amor da liberdade / Faça supérfluo!»

- BURDETT, Carolyn, *Olive Schreiner and the Progress of Feminism: Evolution, Gender, Empire*, Londres, Palgrave Macmillan, 2001.
- BURTON, Antoinette, *Burdens of History: British Feminists, Indian Women, and Imperial Culture, 1865–1915*, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1994.
- CARDEN, Maren Lockwood, *Oneida: Utopian Community to Modern Corporation*, Nova Iorque, Syracuse University Press, 1998.
- CARMO, Isabel do e FRÁGUAS, Fernanda, *Put a de Prisão*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2003.
- CARNEIRO, Marinha, *Ajudar a Nascer: Partejas, Saberes Obstétricos e Modelos de Formação (Século XV–1974)*, Porto, Editora da Universidade do Porto, 2008.
- CARUS, Paul, *Monism and Meliorism: A Philosophical Essay on Causality and Ethics*, Nova Iorque, F. W. Christern, 1885. Disponível em: <https://archive.org/details/monismmeliorism00caru> [consultado em 15 de julho de 2017].
- CARUS, Paul, *Homilies of Science*, Chicago, The Open Court Publishing Company, 1892. Disponível em: <https://archive.org/details/homiliesofscienc00caruiala>.
- CLAPPERTON, Jane Hume, Agnosticism and Women: A Reply, *The Nineteenth Century* 7, 1880: pp. 840–844.
- CLAPPERTON, Jane Hume, *Scientific Meliorism and the Evolution of Happiness*, Londres, Kegan Paul, Trench & Co., 1885. Disponível em: <https://archive.org/details/scientificmelior00clap> [consultado em 30 de outubro de 2017].
- CLAPPERTON, Jane Hume, *A Vision of the Future: Based on the Application of Ethical Principles*, Londres, Swan Sonnenschein & Co., 1904.
- CRAWFORD, Elizabeth, *The Women's Suffrage Movement: A Reference Guide 1866–1928*, Londres, UCL Press, 1999.
- DEBORD, Guy, *A Sociedade do Espectáculo*, Lisboa, Edições Antipáticas, 2010 [1967].
- DEEGAN, Mary Jo, Making Lemonade: Harriet Martineau on Being Deaf, in HILL, Michael e HOECKER-DRYSDALE, Susan (org.), *Harriet Martineau: Theoretical and Methodological Perspectives*, Nova Iorque, Routledge, 2003, pp. 41–58.
- EDLES, Laura Desfor e APPELROUTH, Scott, *Sociological Theory in the Classical Era: Texts and Readings*, Thousand Oaks, Londres e Nova Deli, Pine Forge Press, 2005.

- ELIAS, Norbert, *The Changing Balance of Power between the Sexes — A Process-Sociological Study: The Example of the Ancient Roman State*, *Theory, Culture & Society* 4, Londres, 1987: pp. 287–316.
- ELIOT, George, *O Moinho à Beira do Floss*, tradução de Fernando de Macedo, Lisboa, Relógio D'Água, 2011 [1860].
- ELIOT, George, *Middlemarch: Um Estudo da Vida de Província*, tradução de José Miguel Silva e Miguel Serras Pereira, Lisboa, Relógio D'Água, 2011 [1871–1872].
- ELIOT, George, *Silas Marner*, tradução de Adolfo Casais Monteiro, Lisboa, Inquérito, 1941 [1861].
- ERNST, Waltraud (org.), *Histories of the Normal and the Abnormal: Social and Cultural Histories of Norms and Normativity*, Londres, Routledge, 2006.
- ESPINOSA, Bento de, *Ética*, Lisboa, Relógio D'Água, 1992 [1677].
- FERREIRA, Luzilá Gonçalves, Lou Andreas-Salomé: a paixão viva, in NOVAES, Adauro (org.), *Os Sentidos da Paixão*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988, pp. 359–373.
- FREEDEN, Michael, *Liberal Languages: Ideological Imaginations and Twentieth Century Progressive Thought*, Nova Jérsea, Princeton University Press, 2005.
- FREIRE, João e LOUSADA, Maria Alexandre, O neomalthusianismo na propaganda libertária, *Análise Social* XVIII, 1982: pp. 1367–1397.
- FREIRE, João e LOUSADA, Maria Alexandre (org.), *Greve de Ventres! Para a História do Movimento Neomalthusiano em Portugal: em Favor de um Autocontrolo da Natalidade*, Lisboa, Edições Colibri, 2012.
- GALBRAITH, John Kenneth, *A Sociedade da Abundância*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1984 [1958].
- GARCIA, José Luís, *Engenharia Genética dos Seres Humanos, Mercado-rização e Ética: uma Análise Sociopolítica da Biotecnologia*, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 2004.
- GARDNER, Charles, *The Inner Life of George Eliot*, Londres, Sir Isaac Pitman & Sons, 1912.
- GILLIGAN, Carol, *In a Different Voice*, Cambridge, Harvard University Press, 1982.
- GOODWIN, C. James, *História da Psicologia Moderna*, São Paulo, Cultrix, 2005.
- GUILLIN, Vincent, *Auguste Comte and John Stuart Mill on Sexual Equality*, Leida e Boston, Brill, 2009.

- HARAWAY, Donna, *Simians, Cyborgs and Women: The Reinvention of Nature*, Nova Iorque, Routledge, 1991.
- HEINICH, Nathalie, *Estados da Mulher: A Identidade Feminina na Ficção Ocidental*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998 [1996].
- HILL, Michael, Harriet Martineau: the founding and re-founding of sociology, in SANDERS, Valerie e WEINER, Gaby (org.), *Harriet Martineau and the Birth of Disciplines: Nineteenth-Century Intellectual Powerhouse*, Londres e Nova Iorque, Routledge, 2017, pp. 69–83.
- IBSEN, Henrik, *Peças Escolhidas 3: Um Inimigo do Povo, Espectros, Casa de Bonecas e Os Pilares da Sociedade*, Lisboa, Cotovia, 2008 [1882], [1881], [1879], [1877].
- JÚNIOR, João Feres e POGREBINSCHI, Thamy, *Teoria Política Contemporânea*, Rio de Janeiro, Elsevier Editora, 2010.
- KIERKEGAARD, Søren, *Traité du désespoir*, Paris, Gallimard-Idées, 1973 [1849].
- KING, Margaret, *A Mulher do Renascimento*, Lisboa, Editorial Presença, 1994 [1991].
- LEDGER, Sally, *The New Woman: Fiction and Feminism at the «Fin de Siècle»*, Manchester e Nova Iorque, Manchester University Press, 1997.
- LENG, Kirsten, *Contesting the «Laws of Life»: Feminism, Sexual Science and Sexual Governance in Germany and Britain, c. 1880–1914*, Tese de Doutoramento, University of Michigan, 2011. Disponível em: https://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/89825/kleng_1.pdf?sequence=1 [consultado em 5 de outubro de 2017].
- LORIA, Achille, Le darwinisme social, *Revue Internationale de Sociologie* 6, 1896: pp. 440–451.
- MACLAINE, Shirley, *Don't Fall Off the Mountain*, Nova Iorque, W. W. Norton & Company, 1970.
- MAGAREY, Susan, *Unbridling the Tongues of Women: A Biography of Catherine Helen Spence*, Adelaide, University of Adelaide Press, 2010.
- MAGAREY, Susan, *Dangerous Ideas: Women's Liberation — Women's Studies — Around the World*, Adelaide, University of Adelaide Press, 2014.
- MALTHUS, Thomas, *Ensaio sobre o Princípio da População*, Lisboa, Relógio D'Água, 2014 [1798–1803].
- MANGUM, Teresa, *Married, Middlebrow and Militant: Sarah Grand and the New Woman Novel*, Ann Arbor, University of Michigan Press, 2001.
- MANN, Abigail e ROGERS, Kathleen Béres, Objects and objectivity: Harriet Martineau as nineteenth-century Cyborg, *Prose Studies* 33, 2011: pp. 241–256.

- MANUEL, Helena Isabel Borges, *Conhecimentos, Atitudes e Práticas sobre Planeamento Familiar de Mulheres Timorenses Residentes em Portugal*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), 2007.
- MARCUSE, Herbert, *One-Dimensional Man*, Londres, Routledge, 1964.
- MARTINS, Hermínio, *Experimentum Humanum: Civilização Tecnológica e Condição Humana*, Lisboa, Relógio D'Água, 2011.
- MATOS, Patrícia Ferraz de, Aperfeiçoar a «raça», salvar a nação: eugenia, teorias nacionalistas e situação colonial em Portugal, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 50, 2010: pp. 89–111.
- MAYOR, James, *My Windows on the Street of the World*, Nova Iorque, E. P. Dutton & Co., 1923. Disponível em: https://archive.org/stream/mywindowsonstree00mavouoft/mywindowsonstree00mavouoft_djvu.txt [consultado em 4 de setembro de 2017].
- McGEE, Anita Newcombe, An experiment in human stirpiculture, *American Anthropologist* 4, 1891: pp. 319–326.
- MENNELL, Stephen, *Norbert Elias: Civilization and the Human Self-Image*, Oxford, Basil Blackwell, 1989.
- MILL, John Stuart, *A Sujeição das Mulheres*, Lisboa, Almedina, 2006 [1869].
- MOORE, James, Crisis without revolution: The ideological watershed in Victorian England, *Revue de Synthèse* 107, janeiro de 1986: pp. 53–78.
- MONTEFIORE, Dora B., A Book for Women and Men, *New Age*, Agosto de 1904: pp. 507–508. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/montefiore/1904/08/book-women.htm> [consultado em 7 de setembro de 2017].
- MONTEFIORE, Dora B., Jane Hume Clapperton Speaks, *New Age*, maio de 1905: p. 288. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/montefiore/1905/05/clapperton-speaks.htm> [consultado em 7 de setembro de 2017].
- MORUS, Thomas, *Utopia*, tradução de Aires A. Nascimento, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2016 [1518].
- MUMFORD, Lewis, *História das Utopias*, Lisboa, Antígona, 2007 [1922].
- MURDOCH, Christina, «A Large and Passionate Humanity Plays about Her»: *Women and Moral Agency in the Late Victorian Social Problem Novel*, Tese de Doutoramento, University of Glasgow, 2012. Disponível em: <http://theses.gla.ac.uk/3703/1/2012Murdochphd.pdf> [consultado em 30 de setembro de 2017].
- OTTER, Sandra M. den, «Clapperton, Jane Hume (1832–1914)», *Oxford Dictionary of National Biography*, Oxford University Press, 2004.

- Disponível em: <http://www.oxforddnb.com/view/article/55282> [consultado em 2 de janeiro de 2018].
- PARKINS, Wendy, Domesticating Socialism and the Senses in Jane Hume Clapperton's *Margaret Dunmore: Or, A Socialist Home*, *Victoriographies* 1, 2011: pp. 261–286.
- PEEL, Bruce Braden; INGLES, Ernest Boyce e DISTAD, Merrill (org.), *Peel's Bibliography of the Canadian Prairies to 1953*, Toronto, University of Toronto Press, 2003.
- PEREIRA, Ana Leonor Dias da Conceição, *Darwin em Portugal: Filosofia, História, Engenharia Social (1865–1914)*, Coimbra, Almedina, 2001.
- PIMENTEL, Irene, O aperfeiçoamento da raça. A eugenia na primeira metade do século xx, *História* 3, 1998: pp. 18–27.
- PIMENTEL, Manuel Cândido, Prefácio, in GIL, Isabel Capelo e PIMENTEL, Manuel Cândido (org.), *Simone de Beauvoir: Olhares sobre a Mulher e o Feminino*, Lisboa, Vega, 2010, pp. 9–13.
- RICHARDSON, Angelique, *Love and Eugenics in the Late Nineteenth Century: Rational Reproduction and the New Woman*, Oxford, Oxford University Press, 2003.
- RIMBAUD, Arthur, *Cartas do Visionário e Mais Nove Poemas*, tradução de Ângelo Novo, Coimbra, Fora do Texto, 1995 [1871].
- ROCHEFORT, Robert, *La société des consommateurs*, Paris, Odile Jacob, 1995.
- ROSEMBERG, Sheila, Encounters in the *Westminster Review*: Dialogues on Marriage and Divorce, in BRAKE, Laurel e CODELL, Julie (org.), *Encounters in the Victorian Press*, Londres, Palgrave Macmillan, 2005, pp. 119–137.
- ROSZAK, Theodore, *Para uma Contracultura*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1971 [1969].
- ROWBOTHAM, Sheila, *Dreamers of a New Day: Women Who Invented the Twentieth Century*, Londres, Verso, 2011.
- SAGE, Lorna, *The Cambridge Guide to Women's Writing in English*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999.
- SCOTT, John e BROMLEY, Ray, *Envisioning Sociology: Victor Branford, Patrick Geddes, and the Quest for Social Reconstruction*, Albany, State University of New York Press, 2013.
- SPENCE, Catherine Helen, *A Week in the Future*, Sídnei, Hale and Iremonger, 1987 [1888–1889]. Disponível em: <http://gutenberg.net.au/ebooks06/0603381h.html> [consultado em 8 de setembro de 2017].
- SPENCE, Catherine Helen, *Ever yours, C. H. Spence: Catherine Spence's An Autobiography (1825–1910), Diary (1894) and Some Correspondence*

- (1894–1910), organização de MAGAREY, Susan [et al.], Kent Town, Wakefield Press, 2005.
- SPENCER, Herbert, *The Principles of Biology*, vol. 1, Londres, Williams and Norgate, 1864. Disponível em: <https://archive.org/details/principlesbiolo05spengoog>.
- SPENCER, Herbert, *The Man Versus the State*, Londres e Edimburgo, Williams and Norgate, 1884. Disponível em: <https://mises.org/library/man-versus-state> [consultado em 20 de setembro de 2017].
- STEPHEN, Leslie, *George Eliot*, Londres, Macmillan, 1902.
- SULLY, James, *Pessimism: A History and a Criticism*, Londres, Henry S. King & Co., 1877.
- SURRIDGE, Lisa, «Mona Caird», in *Oxford Bibliographies*, junho de 2013. Disponível em: <http://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780199799558/obo-9780199799558-0106.xml> [consultado em 14 de julho de 2017].
- SWIFT, Jonathan, *Singela Proposta e Outros Textos Satíricos*, Lisboa, Antígona, 2016 [1729].
- VALCÁRCEL, Amelia, *Feminismo en el Mundo Global*, Madrid, Cátedra/Universitat de València/Instituto de la Mujer, Colección Feminismos, 2008.
- WADDELL, Nathan, *Modernist Nowhere: Politics and Utopia in Early Modernist Writing, 1900–1920*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2012.
- WARD, Lester Frank, *Dynamic Sociology or Applied Social Science*, Nova Iorque, Appleton, 1883. Disponível em: <http://socserv2.socsci.mcmaster.ca/econ/ugcm/3ll3/ward/dynamic2.pdf> [consultado em 22 de setembro de 2017].
- WARD, Lester Frank, *The Psychic Factors of Civilization*, Boston, Ginn & Company Publishers, 1893. Disponível em: https://archive.org/stream/psychicfactorsof00wardrich/psychicfactorsof00wardrich_djvu.txt [consultado em 22 de setembro de 2017].
- WARD, Lester Frank, Eugenics, Euthenics, and Eudemics, *American Journal of Sociology* XVIII, 1913: pp. 737–754.
- WOOLF, Virginia, George Eliot, *The Times Literary Supplement*, 20 de novembro de 1919.
- WOOLF, Virginia, Women and Fiction, *The Forum*, 1929, pp. 179–187.